

Benditas as Pessoas Pacificadoras

Habilidades de mediação e
reconciliação para a Igreja



FEDERAÇÃO
LUTERANA
MUNDIAL

Uma Comunhão
de Igrejas

Benditas as Pessoas Pacificadoras

Habilidades de mediação e reconciliação para a Igreja

Editora: Patricia Cuyatti

Desenho: FLM/Escritório para Comunicações

Revisão: FLM/Escritório para Comunicações

Publicado por: Federação Luterana Mundial
150 Route de Ferney
PO Box 2100
CH-1211 Geneva 2
Suíça

Ano de publicação: 2021

ISBN 978-2-940642-19-9

Site: **www.lutheranworld.org**

Conteúdo

Introducción	5
Reconciliar el Mundo	
Aportes de la teología de la reconciliación para la gestión de conflictos.....	7
<i>Valério G. Schaper</i>	
Liderazgo y Mediación.....	23
<i>Patricia Cuyatti</i>	
Política y Diálogo.....	37
<i>Marie Ann Wangen Krahn</i>	
Migración: La iglesia como presencia mediativa y mitigación de conflictos	43
<i>James Henricks</i>	
Del Conflicto a la Reconciliación: Un Mirar para la Dimensión Ecológica	59
<i>Magister Scheila Dillenburg</i>	

Introdução

Com gratidão e alegria, como forma de celebração, compartilho o presente documento que é resultado da caminhada com as igrejas membro da Federação Luterana Mundial (FLM) na América Latina e Caribe, e, durante os últimos anos, na América do Norte.

Desde o início do meu chamado para servir como Secretária Regional, o transitar entre as igrejas me convidou a prestar atenção às dinâmicas humanas. Elas nem sempre contribuem, de maneira pacífica e natural, à tarefa de viver o discipulado e ser sal e luz na terra. Nossa condição humana, ainda quebrada e afetada por circunstâncias de feridas históricas, aumenta as divergências e mal-entendidos que, às vezes, obscurecem o significado de viver as boas novas do evangelho.

Essa realidade, presente em todos os níveis das sociedades, evidencia a vulnerabilidade e o medo humano de abrir e manter relações ou diálogos com pessoas que são e pensam completamente diferente de nós. Ser diferente é um dom e cada pessoa tem a oportunidade de crescer e aprender a fim de encontrar força na unidade e contribuir para a maravilhosa missão de Deus que Jesus desenvolveu cruzando fronteiras geográficas, culturais e até religiosas.

Em um mundo de crescente violência, perdas, dor e solidão, as igrejas mantêm sua relevância no sentido de serem espaços de cura. Deus falou e continua falando por meio de sua palavra viva. O diálogo é um dom que permite à presença divina mover pessoas ou grupos que vivem em situações de conflito para a busca de um recomeço. O documento *“Benditas as Pessoas Pacificadoras – Habilidades de mediação e reconciliação para a Igreja”* foi desenvolvido por um grupo de pessoas inspiradas na busca da paz. Elas participaram de capacitações para o uso da ferramenta *“Diálogo para a Mudança Pacífica”*.

Este documento, colocado nas mãos das igrejas, oferece abordagens práticas sobre o diálogo que conduz à mudança mútua. A contribuição teológica, no primeiro artigo, enfoca a iniciativa divina de reconciliar o mundo como um convite para viver em renovação diária. No segundo artigo, Deus inspira cada pessoa pelo potencial de seus dons para serem líderes, para fazer uso da comunicação empática e mediadora, prevenindo conflitos e inspirando equidade e inclusão.

Sobre os contextos de radicalização que vivemos hoje, o terceiro artigo enfoca a política e o diálogo para promover a paz nas cidades (todos os lugares) e motiva a semear e cultivar ações que unem e vivificam. Além disso, em contextos de migração contínua, o terceiro artigo fala da igreja

como uma presença mediadora e de mitigação de conflitos. O quarto artigo convida a realizar ações de fé enraizadas na responsabilidade. Abraçar os medos é o potencial de abertura para a hospitalidade e acolhida. Por fim, continua sendo imperativo não fechar os olhos para as ameaças à vida no planeta que nos acolhe. O quinto artigo trabalha sobre a crise ecológica e as relações humanas com a criação, convidando-nos a repensar os hábitos, necessidades e sistemas de consumo.

Agradecemos a Colin Craig e Jaap Van der Sar, nossos tutores no *Diálogo para a Mudança Pacífica*, por nos permitir aprimorar o aprendizado compartilhado. A toda pessoa que nutriu este caminho que fiz, às vezes mediando, escutando, orando, escrevendo ou em silêncio. Obrigada por tornar possível ter recursos humanos vinculados ao Instituto Sustentabilidade (InS) no tema do diálogo que conduz à mudança.

Patricia Cuyatti

Reconciliar o Mundo

Aportes da teologia da reconciliação para a gestão de conflitos

Valério G. Schaper
Coordenador Instituto Sustentabilidade
América Latina y el Caribe Faculdades EST
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Introdução

Historicamente as religiões têm sido associadas às causas dos conflitos. Não são poucos os exemplos que comprovam que, de fato, as religiões originaram ou agravaram desentendimentos entre grupos sociais ou pessoas. Foi a percepção e análise desse fato que levou Hans Küng a concluir em seu projeto de ética mundial que, se não houver paz entre as religiões, não teremos paz no mundo.¹

Discursando em duas ocasiões (1998 e 2001), o então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, reservou às religiões um papel mais destacado do que antes na resolução de conflitos. Kofi Annan, embora reconhecesse que as religiões estavam na raiz de muitos conflitos, entendia que elas podiam oferecer princípios e valores comuns e podiam também ser “fonte de motivação espiritual” para prevenção e/ou solução de conflitos. As religiões

¹ KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial**. Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana, 1993, p. 186

representariam um manancial de recursos para solução de conflitos, mais precisamente, para a reconciliação.

O propósito desta reflexão é, a partir de uma reflexão sobre a noção de reconciliação, destacar algumas contribuições da teologia cristã à solução de conflitos em nível pessoal, social e cósmico. Evidentemente, num primeiro momento, a contribuição cristã tem valor motivador e normativo para profissionais do cristianismo. Entretanto, na medida em que as religiões e lideranças religiosas compartilham certa autoridade moral na busca de solução em situações conflitivas, buscar-se-á indicar também possíveis contribuições mais gerais da teologia cristã para processos de reconciliação.

A questão da reconciliação como problema teológico

A obra de Anselmo (1033-1109), Arcebispo de Cantuária, “Por que Deus se tornou ser humano?”, estabeleceu uma abordagem da encarnação e da salvação que se tornou referência na teologia cristã. Ela se baseava na compreensão da morte de Cristo como sacrifício expiatório em favor do ser humano (1 Co 15.3, Gl 1.40). Essa abordagem centrava-se, então, na obra de Cristo, mais especificamente sua morte pela redenção humana. Em termos mais técnicos, pode-se dizer que a expiação tratava do ato ou do processo através do qual o estranhamento diante de Deus, a alienação humana, é superado mediante a morte de uma vítima sacrificial.² A morte violenta de Cristo é tomada como ação propiciatória (“satisfactio”) que aplaca a ira divina e sacrifício que expia os pecados humanos.

A longa permanência e centralidade dessa ideia de expiação na teologia cristã deixou marcas. Destaca-se particularmente o caráter individual da salvação que a expiação imprime à teologia cristã da reconciliação. Contudo, em anos mais recentes a ênfase foi transferida para a face social da reconciliação. Portanto, a atenção voltou-se para os conflitos entre pessoas e grupos e os recursos que a reconciliação pode proporcionar, como, por exemplo, o perdão. Entretanto, o tema da expiação na teologia da reconciliação ficou na sombra e houve pouco empenho para equacioná-lo com a reconciliação social.

O desafio em tratar hoje do tema da reconciliação consiste em recuperar o sentido individual da expiação, sem ceder à linguagem excessivamente marcada pela violência que cerca essa abordagem. É preciso recuperar o sentido afirmativo e profundo da expiação na morte sacrificial de Cristo, pois desempenhou papel significativo tanto na Bíblia como nas abordagens teológicas que predominaram até tempos recentes. É preciso, ademais, estabelecer a

² HARKNESS, G. **The ministry of reconciliation**, 1971, p. 8, 20, 21.

efetiva vinculação entre a expiação em termos espirituais e a expiação social. Ambas estão inseparavelmente ligadas e são complementares.

Um outro aspecto passou também a ocupar a reflexão sobre reconciliação. Ela diz respeito somente à humanidade? Pesquisa recentemente publicada traz dados muito contundentes que corroboram o uso já disseminado do termo “antropoceno”³ para definir a época atual.⁴ Cálculo das pessoas responsáveis por essa pesquisa, estima que o consumo de energia dos últimos 70 anos é mais de 50% superior ao consumo de energia ao longo de todo o período anterior, o holoceno, que teria iniciado, com a última glaciação, há mais 10.000 anos atrás.

Estes dados sustentam que a humanidade se converteu numa força geológica capaz de alterar profundamente os sistemas ambientais e a dinâmica da vida no planeta. Em certo sentido, é possível dizer, então, que a humanidade vive em conflito aberto com a natureza. Também esse conflito precisa ser equacionado e ele requer reconciliação. Assim, à reconciliação individual e social soma-se também a urgência de um fim do conflito entre a humanidade e a natureza e o subsequente empenho por uma reconciliação cósmica.

O pano de fundo bíblico do termo

Examinemos primeiramente o texto bíblico. Não se trata de abordagem exaustiva. Investiga-se apenas a possibilidade de analisar algumas indicações bíblicas sobre o tema reconciliação em busca de percepções que possam ajudar a lidar com as questões anteriormente suscitadas.

Considerando que a reconciliação é a possibilidade de superar as marcas deixadas pelos conflitos desencadeados, vamos, nessa abordagem, considerar três dimensões bíblicas da reconciliação: *a reconciliação entre Deus e o ser humano, a reconciliação entre as pessoas e a reconciliação com a totalidade da criação*. Em todas essas dimensões estão supostos os conflitos básicos: o conflito entre Deus e o ser humano, os conflitos entre indivíduos e grupos e o conflito entre a humanidade e o conjunto da criação.

³ O termo foi proposto pelo químico holandês Paul Crutzen.

⁴ SYVITSKI, J., WATERS, C.N., Day, J. et al. Extraordinary human energy consumption and resultant geological impacts beginning around 1950 CE initiated the proposed Anthropocene Epoch. **Communications Earth & Environment**, California, v. 32, n. 32, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s43247-020-00029-y#citeas> . Acessado em: 01.11.20.

Reconciliação entre Deus e o ser humano

O senso comum cristalizou a ideia de que o Deus do Antigo Testamento (AT) é o Deus da lei, do juízo, da ira e da vingança. O Deus amoroso seria uma construção tardia, um esforço dos últimos profetas sociais (Os 11.1-4). Entretanto, essa compreensão não faz justiça à mensagem do AT. Mais indicado seria dizer que o juízo e o amor de Deus estão tão vinculados que até mesmo a justa indignação de Deus, sua condenação do pecado, são fruto de seu amor. Não faz sentido, então, afirmar que a raiva de Deus tem de ser aplacada. A alienação das pessoas, provocada pela sua infidelidade, essa, sim, precisa ser superada.⁵

Histórias como as de Adão e Eva, A arca de Noé e a Torre de Babel mostram o afastamento de Deus e, como apesar de tudo, prevaleceu o amor, a misericórdia. No meio do desgosto de Deus com o pecado humano brilha a possibilidade da reconciliação. As formas ritualísticas que a expressão da expiação assumiu indica um aprofundamento da consciência do pecado e a necessidade de fazer reparos (Lv 6.30; 8.15; 16.18, 20). A quebra da Aliança afetava não só o povo, mas abalava a relação com Deus mesmo. Nesse contexto, a ideia de uma oferta sacrificial devia ser realizada se se desejava a reconciliação com Deus.⁶ Na ausência de fidelidade à Aliança reside o elemento básico do pecado, mas essa quebra da fidelidade pode assumir as formas mais variadas de infração. No entanto, a consciência religiosa judaica estava destinada a ir além da ideia de expiação e dos sacrifícios rituais.⁷

Nos Salmos começa a se evidenciar que a questão não é mais a oferta ritualística, mas um compromisso interior da pessoa com Deus (Sl 25.7, 51.1, 130.3, 62.1). O repúdio mais explícito à reconciliação com Deus mediante o recurso de agências exteriores é a profecia. Para isso não é preciso alongar-se em citações, bastando algumas indicações exemplares: Am 5.21-22, Os 6.6. Sem desativar ou desqualificar a antiga aliança, o profeta Jeremias, por sua vez, dá testemunho de uma nova aliança que será escrita no coração das pessoas (Jr 31.31-34). De forma particular cabe destacar a aguda crítica aos sacrifícios encontrada no Dêutero-Isaías (Is 44.23, 66.3-4). A teologia do

⁵ HARKNESS, Georgia. **The ministry of reconciliation**, 1971, p. 22.

⁶ Cabe mencionar aqui também a concepção e prática do “bode expiatório” (Lv 16.20-22) como forma de enviar para longe os pecados que assolavam a sociedade. SCHMIDT, Werner. **A fé no Antigo Testamento**, 2004, p. 209.

⁷ Não obstante, cabe frisar que os rituais de purificação, de expiação no AT tiveram também um papel importante: mantinham o povo junto, relembrando a aliança, sustentando o sentimento de que reconciliação e perdão são necessários.

Deutero-Isaías unifica o poder de Deus (criador) e o amor de Deus (redentor) para banir o medo e o sentimento de separação (Is 54.4-5).⁸

No Novo Testamento, particularmente nos evangelhos Sinóticos, o tema da reconciliação e do perdão tornaram-se centrais a partir de Jesus. Os evangelhos apresentam Jesus como aquele que veio anunciar a boa nova da salvação (Mt 4.23-25; Lc 4.16-24; Jo 5.19-24), isto é, Ele presentificava a vontade de Deus que não quer a ruína do ser humano pecador (Lc 7.36-50, 18.9-14). A relação entre Deus e o ser humano é descrita como “separação” e “inimizade”. Jesus é aquele, cuja morte restaura a relação entre Deus e o ser humano (Jo 17.21-23; Rm 5.10-11; Cl 1.21-23; Ef 2.13-18).

Em Paulo encontramos a abordagem mais extensa do tema da reconciliação. Para Paulo Deus reconcilia o ser humano consigo mediante a cruz, a morte e o sangue de Jesus. Para ele morte e sangue têm valor de sacrifício propiciatório, destroem o pecado e a inimizade entre Deus e o ser humano (Rm 5.10,11; 2 Co 5.18,19, 21; Ef 2.16, Cl 1.22). Em Paulo fica evidente que não Deus não pede sacrifício, mas Ele o realiza. Portanto, o fundamento da reconciliação repousa no agir de Deus. É obra exclusiva de Deus que transforma a situação do ser humano, possibilitando-o subsistir diante de Deus. Deus, em Cristo, suportou a mais dura oposição ao seu amor, sofrendo as consequências do pecado, e oferece às pessoas pecadoras a participação na justiça divina.⁹

Reconciliação entre os seres humanos

A reconciliação entre indivíduos e entre grupos é tratada em três gêneros literários distintos no Antigo Testamento: narrativas de reconciliação entre indivíduos, os códigos legais, palavras de sabedoria.

Tomemos, por exemplo, duas clássicas narrativas da reconciliação entre pessoas: entre Jacó e Esaú (Gn 32-33) e entre Davi e Saul (1 Sm 24). Essas e outras narrativas demonstram um claro padrão de conduta. A ação de Deus não estava, portanto, restrita aos rituais cúlticos, mas se encontrava presente no campo, na rua e até nos contextos de guerra. Essas narrativas recolhem memórias de práticas de reconciliação de uma dinâmica social que se dava na família, nos clãs, em comunidades aldeãs e na experiência tribal de Israel.¹⁰

⁸ SCHMIDT, 2004, p. 210-216.

⁹ FELDMIEIER, R; SPIECKERMANN, H. **O Deus dos vivos**. Uma doutrina bíblica de Deus, 2015, p. 323-351.

¹⁰ GERSTENBERGER, Erhard. Teologias no Antigo Testamento. 2007; BOECKER, Hans Jochen. **Orientação para a vida**. Direito e lei no Antigo Testamento, 2004.

As forças ordinárias de mudança social, especialmente a consolidação da vida sedentária de Israel, levaram ao surgimento de códigos de moral incorporados em leis prescritas para as relações grupais. O resultado disso encontramos nos Dez Mandamentos (Ex 20), no Código da Aliança (Ex 20.22-23.33) no Código Deuteronomístico (Dt 12-26), no Código da Santidade (Lv 19).

Embora, encontremos nessas codificações a “lei do talião”, cidades de refúgio foram determinadas, distinção entre a injúria premeditada e acidental, entre crime e ofensa por erro ou ignorância, proteção do estrangeiro, do escravo. Estas prescrições têm mais a ver com justiça social. Mas justiça social é um ingrediente vital de uma sociedade onde a reconciliação pode prevalecer. Na ausência deste ingrediente, a reconciliação emerge com hostilidade e lutas.¹¹

As palavras de sabedoria que se encontram em Pv (15.1, 17.14, 22.10, 21.19) indicam um tipo de sabedoria prudencial que nasceu da observação da natureza humana e de como as pessoas reagem. Da sabedoria emerge a noção de paz/shalom como ingrediente e fruto da reconciliação, que tem uma vinculação imediata com justiça. Não há paz sem estabelecer justiça. Paz tem o sentido amplo da vivência em paz com a natureza, consigo mesmo, com os vizinhos e com Deus. Neste sentido inclusivo o sentido da paz/shalom é muito próximo do da reconciliação.

No Novo Testamento o tema da reconciliação entre indivíduos e grupos sofre a influência as concepções herdadas da teologia veterotestamentária e as concepções teológicas elaboradas a partir do evento Cristo. De forma exemplar, o encontro entre as antigas e as novas concepções encontra-se no Sermão da Montanha (Mt 5). Nesse relato as velhas práticas nas relações interpessoais são contrastadas com o ensino de Cristo que as radicaliza.

Jesus radicaliza ao afirmar que qualquer forma de dano às pessoas (ódio, injúria ou dano físico) é passível de juízo. Nesse caso, buscar reconciliar-se com essa pessoa é mais determinante do que qualquer sacrifício ritual (Mt 5.21-25). Certamente, o aspecto mais instigante dessa abordagem é a extensão do amor ao próximo ao amor ao inimigo (Mt 5.43-48). Não é possível amar o inimigo sem superar o motivo da inimizade, isto é, sem reconciliação.

No cerne da radicalização nas formas de relação com as pessoas encontra-se a proposta do perdão. Nesse caso, Jesus responde a uma questão bem prática: quantas vezes se deve perdoar o que o próximo fizer contra nós. Jesus afirma que não há limites para o perdão (Mt 18.21-22). O uso dos múltiplos de sete aponta simbolicamente para a perfeição. Retoma-se, assim, o tema do amor ao próximo e ao inimigo: recomenda-se a perfeição, pois Deus é perfeito (Mt 5.48).

O fundamento desta radicalização está em Cristo. Sua morte como auto-doação é a superação definitiva do pecado. Esse evento reconcilia Deus e a

¹¹ HARKNESS, 1971, p. 32.

humanidade. Entretanto, essa reconciliação possibilita ao ser humano tomar parte na justiça divina nesse mundo. O ser humano é chamado a participar dos “sofrimentos de Deus no mundo”. É preciso assumir a responsabilidade pelos danos causados nas relações interpessoais, pois, quem “está em Cristo é nova criatura” e já “não vive para si mesmo” (2 Co 5. 15, 17). A reconciliação alcançada em Cristo precisa ser traduzida em reconciliação no mundo como responsabilidade humana de amor às pessoas próximas e também àquelas que são nossas inimigas, sem limites.

Reconciliação cósmica: a totalidade da criação

A ideia mais promissora para pensarmos a reconciliação com a totalidade da criação no Antigo Testamento é a do tempo sabático (Gn 2.3; Êx 20.11, Dt 5.14-15). Vale notar que o relato da criação não culmina na criação do ser humano, mas no dia do descanso (Gn 2.1-3). Na experiência de fé do Antigo Testamento a ideia e prática do descanso foram ampliadas para um “ano sabático” (Êx 23.10,11; Lv 25.1-7) e também para um “ano de jubileu (Lv 25. 8-34). A ideia de um tempo de descanso para todos e tudo soa como uma generosa forma de reconciliação entre as pessoas e mundo criado por Deus. É possível argumentar a favor de um direito de toda a criação. O direito de um, do ser humano, não pode se sobrepor, sem conflito e violência, aos direitos do conjunto da criação. O “shabat” é uma forma de reconciliação. Daí vem sua recorrência e a extensa normatização que encontramos na bíblia.

Outra abordagem promissora encontramos na teologia de Paulo. À angústia corrente entre as pessoas quanto ao desgoverno e ao caos nas “potências celestiais” (Rm 8.38; Ef 6.12; Cl 1.13, 16). Paulo responde com uma reflexão que nos permite chamar de a reconciliação da criação. Ela aparece, de forma clara, em Rm 8.18-25. Nessa passagem Paulo afirma claramente que a salvação em Cristo não está restrita às pessoas, mas diz respeito a totalidade da criação (Rm 8.21-23). O fundamento disso encontra-se na compreensão de tudo foi criado por meio de Cristo (Cl 1.15-20) e nele “habita toda a plenitude” (Cl 2.9) e, por meio dEle “todas as coisas” serão reconciliadas (Cl 1.20). O ser humano, que já recebeu as “primícias do Espírito” (Rm 8.23), é chamado a ser a “vanguarda” dessa “nova criação”, pois foi empoderado para a vivência da reconciliação (Rm 8. 26-30). Como diz explicitamente Paulo, recebemos o “ministério da reconciliação” (2 Co 5.19).

Síntese

A abordagem bíblica empreendida permite concluir que o amor e a misericórdia traduzem a dimensão essencial de Deus (Êx 34.6-7; Jl 2.13; Sl 103.8). Ele ama e se compadece de sua criação. Não é preciso que ocorra algo que mude a disposição favorável de Deus. Portanto, o fundamento para o perdão de Deus está nele mesmo. Nenhuma outra razão externa tem poder de alterar o agir de Deus. Deus não necessita de reconciliação, mas o ser humano e a totalidade da criação.¹² Então, o que a reconciliação, como obra exclusiva de Deus em Cristo, modifica é a situação do ser humano e da criação, transformando a distância em proximidade e a inimizade, em amizade.¹³ Isso não quer dizer que Deus seja indiferente. Como afirma Paulo, Ele “estava em Cristo” e sofre o drama da reconciliação humana, vivenciando profundamente a rejeição da sua oferta de amor expressa na cruz.

Portanto, a morte sacrificial não é a ideia bíblica dominante para expiação. Expição, em toda a extensão do Novo Testamento, tem o sentido de reconciliação, isto é, a remoção de barreiras entre o ser humano e Deus, que, por pecado e indiferença ao chamado divino, o próprio ser humano constrói. Além disso, é preciso dizer que o sentido de expiação no mundo bíblico não tem o sentido que assumiu nos dicionários e nos compêndios de teologia. O Antigo Testamento tem uma concepção objetiva de pecado. O pecado é a porta de entrada de um mal na sociedade humana. É como uma doença que se alastra como um princípio de destruição no corpo social, desencadeando uma sucessão de consequências destrutivas.

Em consequência, na tradição bíblica não há espaço aí para uma compreensão de reconciliação que pudesse “baratear” a misericórdia e a graça divina. O decisivo a propósito da reconciliação entre a humanidade e a totalidade da criação já está dado pela obra exclusiva de Deus em Cristo. A entrega de Deus e autodoação de Cristo encontram-se como “dádiva” preciosa da justiça divina que possibilita a nova vida da humanidade perdida e da criação caída. Deus em Cristo restitui ao ser humano e à criação a vida e a comunhão consigo. A humanidade reconciliada em Cristo participa dos sofrimentos da obra de reconciliação de Deus nesse mundo. Como “novas criaturas”, renascidas em Cristo, vivem do perdão recebido e dão testemunho real, promovendo a reconciliação. No cerne dessa reconciliação está o perdão a ser vivido como amor até a quem lhe é hostil. Posto que em Cristo habita a “plenitude” de todas as coisas, não há reconciliação que não seja também reconciliação-“shalom” entre o ser humano e totalidade da criação.

¹² HARKNESS, 1971, p. 21.

¹³ HARKNESS, 1971, p. 41.

O desenvolvimento do conceito de reconciliação na teologia

O tema da reconciliação, tão fortemente postulado pelo apóstolo Paulo, foi marginalizado pela teologia ocidental durante a escolástica. As considerações muito cedo se fixaram em torno do meio da redenção mais do que no fim. As ideias de mérito e satisfação dominaram a reflexão teológica por muito tempo.

Tomás de Aquino, entre o XI e XII século dedicou um artigo da sua Suma ao tema. Mas reduziu ao tema do sacrifício, por não acrescentar nada à questão do sacrifício e da satisfação. Coube ao grande oponente de Aquino, Duns Scotus, valorizar a reconciliação. Ele voltou aos textos paulinos e enxergou na reconciliação a recapitulação da humanidade inteira e também do universo inteiro.

No âmbito católico romano o tema da reconciliação foi, desde muito cedo, reservado ao sacramento da penitência. Estava, então, ligada à prática da reconciliação dos pecadores com Deus e com a igreja pela confissão e penitência, pública e privada. Reconciliação tornou-se palavra técnica e jurídica do jargão sacramental. O Concílio Vaticano II lançou pistas noutra direção.

Por seu enfoque teológico, que acentuava o princípio da iniciativa divina, a Reforma poderia ter enfatizado mais a reconciliação. Prevaleceu, no entanto, a tendência mais matizada de Melanchton que, ainda em consonância com a teologia escolástica, dava destaque a ação humana. Posteriormente, teólogos protestantes mais heterodoxos voltaram-se para o tema, enfatizando a precedência da iniciativa divina na compreensão da reconciliação.

A teologia protestante, nos séculos XIX e XX, assistiu a uma retomada do tema da reconciliação. Os avanços na pesquisa bíblica, particularmente na teologia paulina, e a emergência da modernidade com seus desafios peculiares situaram novamente o tema da reconciliação na ordem do dia. Indicamos aqui alguns nomes do campo protestante que contribuíram com esta retomada: James Denney escreveu em 1917, *The Christian Doctrine of Reconciliation*. John Oman escreveu, também em 1917, *Grace and Personality*. Há ainda a famosa obra de Donald Baile, “Deus estava em Cristo” de 1948 (*God was in Christ*).

Em “A fé cristã”, clássico publicado em 1923, Gustav Aulén localiza o tema da reconciliação na segunda parte de sua obra, “Ato de Deus em Cristo”. Nessa segunda parte, o terceiro capítulo leva o título de “O ato vitorioso de reconciliação”. Aulén descreve a atividade divina como ação triunfante e reconciliadora do “Christus Victor”. No seu entender o caráter essencial da salvação é a reconciliação, o restabelecimento do seguimento rompido entre Deus e o mundo como vitória que destrói o poder do mal e encerra seu domínio. O termo reconciliação indica, assim, a natureza da salvação.¹⁴

¹⁴ AULÉN, Gustaf. **A fé cristã**, 1965, p. 194-209.

Entretanto, foi Karl Barth quem deu um lugar definitivo ao tema da reconciliação na teologia protestante. Barth estruturou sua famosa dogmática (Kirchliche Dogmatik) em cinco partes: A palavra de Deus, Deus, Criação, Reconciliação e Redenção. Reconciliação é a quarta parte dessa obra. O fato de dar tão destacado lugar a este tema é porque ele entendia que a reconciliação é o “cumprimento da aliança da graça”. Na reconciliação nós somos perdoados e justificados. A pessoa justificada, reflete Barth, vive agora na confiança de tornar-se filha e filho de Deus em plenitude.¹⁵ Em consonância com Barth, Harold Ditmason afirmou em sua obra sobre o tema da graça (Grace in the experience and theology, 1977) que a reconciliação é, em última análise, o conteúdo da graça.

Em síntese, é possível dizer que a reconciliação cobrou progressivamente mais lugar nas abordagens teológicas. Evidenciou-se que o tema da salvação na teologia cristã é indissociável da reconciliação. Em sentido mais estrito, a reconciliação concretiza a graça, dá-lhe conteúdo. Explorando teologicamente esta compreensão é possível dizer, por um lado, que a reconciliação, mediante a morte na cruz de Cristo, representa o fim de toda morte “sacrificial”, seja ela religiosa ou política.

A reconciliação tem, assim, um sentido escatológico porquanto a salvação não é regressiva, mas se projeta no futuro da nossa experiência, sinalizando que Deus, que “estava” em Cristo, venceu o mal, assumindo-o em si mesmo. Então, a violência que transparece na teologia cristã da reconciliação não surge por necessidade de satisfazer um deus que reclama sacrifício, mas ela é inevitável porquanto é a expressão de todas as forças destrutivas que se opõem ao amor reconciliador de Deus. Por isso, lembram acertadamente Conblin e Sobrino, que a teologia da reconciliação cristã não pode, em hipótese alguma, se transformar em ideologia que, sob o esforço de elaborar conflitos e promover coexistência pacífica, acomoda injustiças e violências, reordenando as desigualdades sem resolvê-las.¹⁶

A “diakonia” da reconciliação

Em documento da Federação Luterana Mundial, publicado em 2004, “Missão em contexto: transformação, reconciliação, empoderamento”, a reconciliação é uma das três dimensões teológicas da missão. A relação entre reconciliação e missão desenvolve de maneira consequente o que Paulo afirma em 2 Co

¹⁵ DITMANSON, Harold. **Grace in experience and theology**, 1977, p. 180-1.

¹⁶ COMBLIN, José. **Teologia da reconciliação: ideologia ou reforço da libertação?**, 1987; SOBRINO, Jon. O cristianismo e a reconciliação: caminho para uma utopia. **Concilium**, Petrópolis, 2003, n. 303, p. 82-93.

5.18: recebemos a “diaconia” da reconciliação. Reconciliação é, portanto, serviço que as pessoas agraciadas prestam às outras pessoas, à comunidade, à igreja, à sociedade, à totalidade da criação, anunciando e vivenciando a “palavra da reconciliação” (2 Co 5.19). Vale destacar na sequência alguns elementos da reconciliação como missão.

Pecado e culpa, a partir do perdão

O enfoque da reconciliação faz com que nosso pecado se torne visível a partir do perdão (Rm 5.20). Como afirma Comblin, a “(...) consciência cristã do pecado é parte da consciência da reconciliação”.¹⁷ Essa certeza tem força desculpabilizante, pois não precisamos nos entregar ao círculo vicioso do erro, culpa, sofrimento. Isto tem tremendo efeito libertador para as consciências aterrorizadas. No entanto, para que não transformemos a reconciliação em reconciliação barata, precisamos frisar bem que pecado é o que traz a morte, o que divide (Ubi peccatum, ibi multitudo), o que antagoniza. O pecado não evento pontual, mas se desdobra ao longo da história; o pecado tem profundas raízes na natureza humana.¹⁸

Nova criatura e perdão

A reconciliação não nos torna passivos. Ela faz de nós novas criaturas, homens e mulheres novos, ativos e livres (2 Co 5.17). O ministério da reconciliação (2Co 5.18) que proclama esta mensagem, torna-a realidade. Essa palavra é poderosa e tem seu efeito, pois cria a fé e constitui pessoas renovadas na fé. A reconciliação é uma experiência na qual nos tornamos novas criaturas, capazes de perdoar, capazes de pedir perdão. Não há futuro sem perdão (D. Tutu). A diaconia da reconciliação pode acionar aqui, além do perdão, temas como a compaixão e o cuidado.

Verdade e memória

A teologia não renuncia à busca pela verdade pelo anúncio da reconciliação. Ela busca a verdade e anuncia a verdade. É diaconia à verdade. Ela não pode jamais ser conivente com a mentira que embota os violentos processos humanos, sociais e naturais. É preciso que a nossa diaconia à verdade nos

¹⁷ COMBLIN, 1987, p. 18-19.

¹⁸ SOBRINO, 2003, n. 303, p. 84.

torne merecedores de confiança, para que possamos ajudar a restabelecer a verdade do que aconteceu nos processos violentos. Contar a verdade a respeito do passado é a pedra fundamental para alcançar uma sociedade estável e pacífica no futuro. Como se diz, num conflito, numa guerra a primeira vítima é a verdade. Diaconia à verdade nos torna guardiões, guardiãs da memória.¹⁹ Quantas vezes perdoar? Como perdoar sem que se anule a memória do sofrimento de Cristo e das vítimas? Perdoar é esquecer? O renascer apaga a memória do sofrimento e da injúria, mas não pode significar que o quem inflige o mal fique sem ser responsabilizado.

Impunidade e justiça

Toda forma de impunidade trabalha contra a reconciliação. Uma diaconia da reconciliação focará seu trabalho na busca por justiça, que sempre supõe a verdade. Não há reconciliação sem que se estabeleça a justiça que atribui a cada pessoa a sua responsabilidade pelo dano infligido.

Reconciliação e libertação

É tarefa das pessoas que anunciar a reconciliação propiciar a libertação e a reconciliação tanto de vitimários como de vítimas, de opressores e libertadores. Ambas, reconciliação e libertação, precisam estar juntas. Libertação sem reconciliação é derrotismo; a reconciliação sem libertação é irrealista e ideológica. É preciso que ambas alcancem implementação em políticas públicas em todo níveis. Só assim a dignidade subtraída pode ser alcançada.²⁰

Cura e rituais

A diaconia da reconciliação precisa aprender a acionar toda a riqueza ritual da religião para marcar a memória das reconciliações passadas, para indicar um novo horizonte em situações anteriormente conflituvas. Rituais de perdão e reconciliação são essenciais: são canais de cura para uma vida destruída,

¹⁹ É possível explorar mais este tema, considerando a vindicação da memória dos vencidos (cf. tematizado em W. Benjamin).

²⁰ FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. **Missão em contexto**: transformação, reconciliação, empoderamento: uma contribuição da FLM para a compreensão e a prática da missão., 2006, p. 36.

para a comunidade dividida, para um povo fragmentado, para a natureza violentada.

A plenitude da reconciliação

A reconciliação não é oferecida de uma vez só, num só momento. Ela acompanha o decorrer da vida toda como uma fonte permanente de renovação. A reconciliação precisa ser colocada em perspectiva escatológica. Ela é uma promessa de êxito, de superação. Ela tira-nos a angústia de viver e indica horizontes. É uma garantia acerca daquele ponto final da vida, pois cremos que o julgamento será favorável.²¹ Não há pecado ou queda como barreira intransponível. Tudo é superável. A reconciliação vive, então, essa tensão entre a plenitude escatológica e a reconciliação possível.

“No poder Espírito”: recursos para a reconciliação

Porque Deus reconciliou a humanidade consigo, Ele também a capacitou para que, “no poder do Espírito (At 1.8), possa ser sua testemunha. Deus compartilha seu poder com seu povo para sua missão no mundo. O poder do espírito cumpre a promessa de que toda a pessoa que crê em Cristo realizará o que Ele faz. Este poder está a serviço da comunicação da reconciliação como amor incondicional de Deus. A igreja recebe este poder para servir sem se apoderar do poder. A igreja não é uma administradora ou distribuidora de poderes, mas se beneficia do poder que enriquece o corpo de Cristo.

Colin Graig, por muitos anos dedicado ao trabalho de construção de paz na Irlanda do Norte e em muitos outros países, criou o “Modelo de Iceberg” para descrever a dinâmica que um conflito percorre. Segundo esse modelo, por conta de sua dinâmica, o conflito não está sempre aberto para encaminharmos soluções e buscarmos reconciliações. É preciso acompanhar a dinâmica para saber quando e de que forma podemos agir.

Nenhum conflito pode ser mantido num nível elevado de intensidade por muito tempo. A energia física e psíquica que demanda das pessoas se esgota em algum momento e o conflito entra num modo de redução de intensidade. Captar este momento e saber conduzi-lo é uma estratégia-chave para que, pelo processo de mediação, se possa encaminhá-lo para uma “resolução” do conflito. A resolução abre a possibilidade de instalar-se um processo de “reconciliação”. A reconciliação, como oportunidade de transformação, pertence às partes envolvidas. Criada a possibilidade de entendimento através

²¹ COMBLIN, José, 1987, p. 21.

da confiança, da empática e da compaixão, as partes envolvidas precisam tempo para construir relações renovadas.

Fica evidente que a reconciliação não pode ser reduzida a uma estratégia ou à conjunto de recursos. Ela é uma atitude de vida, uma espiritualidade. Assim, ela tem duas faces: uma social (estruturas e processos) e outra, espiritual (reconstrução de vidas e relações destroçadas)²²

Assim, alicerçada em uma segura orientação espiritual, pode-se prescrever cinco passos numa dinâmica metodológica que permita que as partes envolvidas possam reconstruir relações²³:

1. *Reconhecimento* – Começa com a compreensão do que a reconciliação significa nessa situação, qual deve ser sua aparência futura e quais são os personagens envolvidos. Além disso, considerando as diferenças culturais, é preciso descobrir quais meios serão mais eficazes no contexto. Postas essas questões prévias, o cerne do reconhecimento é mútuo reconhecimento das partes: admitir sua igualdade moral, sua dignidade, suas feridas e as responsabilidades em causa-las. Isso supõe buscar a verdade, ou seja, saber o que realmente aconteceu. A recuperação da memória para que as partes envolvidas possam reelaborar sua biografia pessoal e a história coletiva. Isso é condição para início do processo de reconciliação.
2. *Eliminação* do dano causado. Este é o elemento central da reconciliação. É preciso procura a outra pessoa para a reconciliar. Esse processo dá-se em dois passos: Primeiro, de parte a parte, é preciso admitir responsabilidade pelo dano causado e prover reparação. Segundo, segue daí o pedido de perdão e a resposta. Reparação e perdão exigem-se mutuamente. Reconciliação não pode se transformar em perdão não correspondido. O momento adicional é cumprimento da lei, pois, se houve violação e excesso de violência, não pode haver impunidade. Se possível é preciso fortalecer o sistema legal para evitar violações futuras. Aqui é preciso buscar o justo equilíbrio entre a mera desforra e o simples esquecimento das atrocidades infligidas às pessoas, à sociedade, à natureza.
3. *Prática* de novas atitudes. Reconhecimento e eliminação do dano possibilita suprimir as atitudes negativas, mas não criam automática uma

²² SCHREITER, Robert. **Ministério da reconciliação**. Espiritualidade & Estratégias, 1998, p. 26, 15.

²³ ZARTMAN, William. O processo de reconciliação social. **Concilium**. Revista Internacional de Teologia, Petrópolis, n. 303, 2003, p 103-11; SCHREITER, Robert. **Ministério da reconciliação**. Espiritualidade & Estratégias, 1998.

nova atitude. Cabe aqui uma transição intencional e longa que trabalhe a memória das feridas e que requer a gestação criativa de uma nova cultura.

4. *Estabelecimento* de um novo projeto comum. Novas atitudes possibilitam um projeto comum, a colaboração ativa num destino comum. A consumação da reconciliação reside na de construção de um novo horizonte comum de possibilidades.
5. *Criação* de mecanismos de solução de disputas. Não basta ter novas atitude e projeto comum. As instituições e as normas precisam ser fortalecidas e aprimoradas nesse processo de forma que elaborem mecanismos de solução que lidem com os resquícios e reincidências e com eventuais conflitos futuros sem sacudir antigas memórias ou ferir novamente velhas cicatrizes.

Liderança e mediação

Rev. Dr^a. Patricia Cuyatti
Secretária Regional para a América Latina e o Caribe
e para a América do Norte
Federação Luterana Mundial

Introdução

Este artigo tem duas partes. A primeira se liga à contribuição bíblica para a liderança e ao aspecto pastoral inspirado pelo papel de Deus. Recorre à identidade luterana que fornece a base para reafirmar a liderança nas igrejas em todos os níveis. A segunda parte reflete sobre o papel da liderança em face do conflito. Usando o subsídio *Dialogue for Peaceful Change*¹, a comunicação e a liderança mediadora se tornam subsídios para impedir o surgimento de conflito. Essa seção visa incentivar a educação de lideranças visando reafirmar a equidade e inclusão.

Liderança

A compreensão de liderança é importante porque as lideranças se envolvem na gestão em sua condução da igreja. As lideranças oferecem orientação, promovem dons, empoderam as pessoas, incentivam a unidade e boas relações. Antes de abordar os aspectos bíblicos que estão na base da liderança, é preciso perceber a diferença entre liderança na igreja e liderança na sociedade.

¹ CRAIG, Colin. Navigating Conflict and Change: DPC Handbook Part I. 2019.

Diferenças entre líderes na igreja e na sociedade

Segundo o dicionário Oxford da língua inglesa, liderança é “a ação de liderar um grupo de pessoas ou uma organização”. Vamos focar algumas variações distintivas nas esferas da igreja e da sociedade.

Na sociedade, o governo e as organizações focam, em grande parte, na capacidade de pessoas-chave cuja função (tipo de poder) inspira a mudança social. Ao fazer isso, a pessoa que lidera tem de estar qualificada para se ajustar a um cargo e, ao mesmo tempo, ter a energia para manter o entusiasmo de colaboradores e colaboradoras. Em outras palavras, um líder ou uma líder é uma pessoa que gerencia, dirige e renova a esperança das pessoas defendendo, ao mesmo tempo, o interesse da instituição.

Conseqüentemente, a pessoa que lidera está comprometida com a organização e seus objetivos. Ela é, por exemplo, coerente com os princípios éticos da organização (solidariedade, respeito, promoção de valores, etc.) e com a manutenção dos interesses da organização. De fato, sua autorrealização (interesse pessoal) se reflete na promoção de mudança, o que reafirma os objetivos e valores da instituição.

Na igreja, a liderança foca primordialmente em Deus. Isso significa que Deus é a fonte e o poder que inspiram e alimentam a liderança. As pessoas que exercem liderança fundamentam sua compreensão e suas ações no relacionamento selado por Deus no batismo. Isto significa que liderança não é apenas uma capacidade; ela se vincula com o chamado e a vocação recebidos de Deus.

Assim, a liderança é uma resposta fiel à relação renovada por Deus. Ela transmite confiança no chamado e confiança no serviço. A confiança em Deus e na comunidade de fé são dois aspectos relacionados com a liderança. Para sustentar seu papel, líderes estão em um processo de aprendizado/educação contínuo, para promover e cultivar os princípios éticos que reafirmam a vida e a dignidade.

1. Deus como fonte para a liderança

A liderança encontra sua fonte em Deus. A vinculação com Deus tem início no batismo. Através dele, como diz o Livro de Concórdia, cada pessoa se torna filho ou filha amada de Deus². Pela graça de Deus, a pessoa é perdoada dos

² Livro de Concórdia: as confissões da Igreja Evangélica Luterana. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2983. 3. ed. p. 375, § 2.

pecados e recebe os dons do Espírito Santo³. Os dons do Espírito Santo são colocados em prática, e as pessoas se tornam conscientes deles e os cultivam. Para as lideranças, isso também significa conhecer mais a respeito da oferta e reafirmação, por parte de Deus, da capacidade de liderar as pessoas na igreja e na sociedade. A orientação é um aspecto-chave para cultivar a liderança e usar dons que venham a incrementar essa aptidão.

Na medida em que a liderança se vincula aos dons oferecidos por Deus, através da ação do Espírito Santo, 1 Coríntios 12.8-19 ajuda a torná-los visíveis. O temor de Deus é a consumação da confiança na fé. As pessoas que temem a Deus colocam a Deus em primeiro lugar e seguem o espírito de amor. Este é um referencial maior que ajuda as pessoas a evitar o egoísmo. O temor de Deus nunca é uma experiência que prenda ou paralise uma pessoa, fazendo-a ficar ansiosa. Ele mostra as imperfeições e ensina a assumi-las. O temor de Deus é um convite para aceitar quem somos e reconhecer nossas próprias limitações.

Outro dom é conhecimento de Deus. Ele traz consigo a capacidade de estar consciente da presença amorosa de Deus e de compartilhá-la. Conhecer a Deus significa estar consciente da obra justificadora e renovadora na cruz e ressurreição que mostra a justiça no caminho prático do amor e da graça.

Compreensão é outro dom do Espírito. Ela equipa as pessoas para aceitar a justificação de Deus como ato de justiça. Compreendemos que Deus vê a condição humana e age com compaixão e graça. A obra salvífica traz consciência das injustiças e nos convida a assumir a justiça. As pessoas que ocupam posições de liderança são convidadas a interagir olho-no-olho, com humildade e respeito.

Líderes buscam conscientemente conselho do dom da sabedoria. Sabedoria é muito mais do que conhecimento; ela nos permite aprender e ler percepções porque elas fazem parte de nossas diferenças. Líderes com sabedoria têm abertura para as experiências de vida das pessoas e as valorizam como dons da jornada da vida.

Tenho certeza de que a maioria das igrejas, a uma certa altura, enfrentaram problemas relacionados com pessoas na liderança. É preciso lembrar que a igreja é o corpo de Deus formado por seres humanos cuja condição ainda está em processo.

Quando se está em situações difíceis ou calmas, é preciso voltar às Escrituras e discernir. A leitura da Bíblia a partir da ótica do amor e da experiência de vida pode enriquecer a fonte primária para encarar a frustração e a raiva de uma maneira diferente. Sua leitura nos motiva a ver as ações humanas dentro de contextos específicos.

³ Ibid., p. 479-480, § 41.

Para apreender diferentes aspectos relacionados à liderança, leiam Provérbios 1.2-7 (ARA):

² Para aprender a sabedoria e o ensino; para entender as palavras de inteligência;

³ para obter o ensino do bom proceder, a justiça, o juízo e a equidade;

⁴ para dar aos simples prudência e aos jovens, conhecimento e bom siso.

⁵ Ouça o sábio e cresça em prudência; e o instruído adquira habilidade

⁶ para entender provérbios e parábolas, as palavras e enigmas dos sábios.

⁷ O temor do Senhor é o princípio do saber, mas os loucos desprezam a sabedoria e o ensino.

Depois da leitura, identifiquem por que é relevante conhecer a Deus. Compartilhem conceitos-chave derivados da leitura e aprofundem sua compreensão de Deus como fonte para a liderança.

Liderança e integridade

A integridade para com Deus é um dos temas centrais na vida. Tenho certeza de que vocês identificaram isso em sua leitura e conversa sobre os Provérbios. Integridade é uma característica das pessoas que confiam em Deus. Como se disse acima, a confiança está relacionada com a fé e é um dom de Deus.

Agora convido vocês a voltar sua atenção para a história de Jó, em que a integridade para com Deus é fundamental. Não há uma passagem específica em Jó que aponte para a integridade; é uma longa explicação que vincula Jó com a integridade.

Jó era da terra de Uz, uma localidade do sul da Arábia e era fiel a Deus (Jó 1.1). Em sua vida, Jó era um modelo de honestidade e vivenciava as normas éticas de sua época. Ele mantinha boas relações com Deus e com o próximo; por conseguinte, é considerado inocente. Há um momento em que sua integridade e gratidão para com Deus são questionadas: “Estende, porém, a mão, e toca-lhe em tudo quanto tem, e verás se não blasfema contra ti na tua face” (Jó 1.9-11).

O desafio se concentra na fé e gratidão de Jó para com Deus em contraposição à retribuição no sentido de recompensa. Com Jó, descobre-se que a fé nunca se liga com ações e, conseqüentemente, com recompensa. A fé resulta da obra de Deus por meio do Espírito Santo e é aceita em gratidão – isso é fé.

A fé nunca é funcional. Ela é dada livremente. Por poder ver a integridade de Jó, Deus o declarou inocente reafirmando que não há na terra ninguém semelhante a ele, que é temente a Deus e se desvia do mal (Jó 2.3). Jó tem muitas posses, mas elas não lhe concedem segurança. Quando perde tudo, ele sofre e lamenta sua condição. O sofrimento nunca é uma situação ideal.

Em meio à dor e ao abandono, Jó fala de sua situação (40.5), mas mantém a esperança. Só então ele mostra que a fé é mais do que conhecimento racional; é consciência da misericórdia de Deus.

Já abre seu coração e recebe força para continuar na fé e gratidão para com Deus. Este é um exemplo de desafios relacionados à integridade. Ele mostra o caráter humilde e reto que inspira veracidade em meio às dificuldades.

Sob a inspiração dessa história, compartilhem experiências de integridade. Troquem ideias sobre como se pode cultivá-la na comunidade de fé entre líderes.

Relações e estruturas de poder

Nesta parte, vamos tratar das confissões de fé em Jesus como Senhor por parte de Pedro e Marta. Convido vocês a irem um passo além das confissões e analisarem questões de poder que afirmam principalmente estruturas excludentes relacionadas à liderança.

Quando Jesus pergunta: “Quem diz o povo ser o Filho do Homem?” (Mt 16.13), ele faz isso para educar seus discípulos. A pergunta “Mas vós, quem dizeis que eu sou?” (v. 15) visa procurar as razões pelas quais os discípulos estão seguindo Jesus. A resposta de Pedro foi genuína e fiel: “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo.”

“Quem dizem vocês que eu sou?” é uma pergunta relacionada com a fé e confiança em Deus, cujo amor e justiça estavam presentes em Jesus. Jesus inaugurou o reino de Deus trazendo um novo sentido para a *boa nova* estabelecida pelo Império Romano. O imperador se apoderava de territórios e colocava placas com a palavra *evangelion*, indicando a boa nova do poder imperial. Jesus sabia que Israel estava esperando um Messias poderoso capaz de derrubar o Império Romano, libertando o povo dos tributos pesados, da pobreza e discriminação.

A confissão de Pedro reconhece Jesus como Deus e recebe a seguinte resposta: “Bem-aventurado és, Simão Barjonas, porque não foi carne e sangue que te revelaram isso, mas meu Pai, que está nos céus. Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” (Mateus 16.17-18).

Passando à confissão de Marta (João 11.17-27), vemos que ela também é uma afirmação de fé (afirmação cristológica). Ela acontece no contexto da morte de Lázaro. Jesus estava a caminho para visitar Lázaro, Marta e Maria. Marta se apressou e foi ao encontro de Jesus antes que ele chegasse à localidade. Ela lamentou a morte de seu irmão, e Jesus a consola dizendo: “Teu irmão há de ressurgir” (v. 23). Marta sabe da promessa da ressurreição e responde dizendo que a ressurreição ocorrerá no último dia (v. 24).

Jesus queria que Marta visse a glória de Deus com base na fé (v. 41) e que as pessoas cressem nele como Filho de Deus (v. 45). Por isso, ele revela sua própria ressurreição e identidade: “Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que morra, viverá; e todo o que vive e crê em mim não morrerá, eternamente” (v. 25-26). Marta, ouvindo essa promessa, confessa fielmente: “Sim, Senhor, eu creio que tu és o Cristo, o Filho de Deus que devia vir ao mundo” (v. 27).

Mais tarde, quando os discípulos ajudaram a formar as comunidades de fé, escreveram os evangelhos à luz do ministério de Jesus. O objetivo era continuar a educar as comunidades para verem Jesus como o Messias prometido e crerem nele. Se a finalidade da confissão é educar os seguidores e as seguidoras na fé, por que a confissão de Pedro se tornou uma fonte para a estrutura e o poder?

As confissões de Marta e Pedro são bons exemplos para abordar a dinâmica de poder na igreja, especialmente em relação à liderança. Marta e Pedro confessam Cristo como seu Senhor, mas as Escrituras só registram a resposta de Jesus a Pedro. Essa resposta ainda é usada para estabelecer estruturas de poder e negar às mulheres o acesso à liderança.

Embora não haja registro de uma resposta à confissão de Marta, as mulheres que incluem mulheres na liderança respondem: “Bem-aventurada és, Marta, porque não foi carne e sangue que te revelaram isso, mas meu Pai, que está nos céus. Também eu te digo que tu és Marta, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela.”

Como Deus inspirou as confissões de Marta e Pedro, a fé é a base para se tornar a pedra fundamental. É pela fé, e não pela pessoa, que Jesus edifica a igreja e dá “as chaves do reino dos céus” igualmente a homens e mulheres.

Essa é a boa nova do reino de Deus; ele promove relações justas e equitativas. Essas relações baseadas na fé visam a mudança, o reconhecimento da imagem de Deus na outra pessoa. A confissão de fé é uma proclamação viva de relações justas e uma forte afirmação de que Deus está ensinando a todo mundo (tanto homens quanto mulheres).

A pergunta de Jesus: “Quem dizem vocês que eu sou?” nunca definiu doutrinas ou hierarquias. Ela vincula as pessoas para fortalecer o discipulado. Confessar é renovar relações entre pares, especialmente em contextos fortemente marcados por práticas patriarcais. As lideranças devem estar conscientes desse convite.

Como se mencionou acima, líderes usam seus dons (competências e aptidões) para servir a Deus e às outras pessoas. Sugiro que conversem sobre como podem promover a equidade e empoderar as pessoas para se envolverem na liderança usando o poder do amor e da inclusão.

Liderança iluminada pela identidade luterana

Na compreensão luterana, todas as pessoas que creem fazem parte do corpo de Cristo. O *sacerdócio de todas as pessoas que creem* é outra forma de designar esse corpo. Cada pessoa é um sacerdote ou uma sacerdotisa graças à vocação reafirmada em seu batismo. O chamado das pessoas leigas e ordenadas é primordialmente servir a Deus através de diferentes ministérios. O ministério ordenado responde a um chamado específico para cumprir tarefas ligadas a pastoras e pastores, diáconos ou diáconas ou, em alguns casos, catequistas. Essas pessoas servem em humildade assim como o fazem as leigas.

O Livro de Concórdia enuncia um princípio de participação no corpo de Cristo como sacerdotes (santos): “De acordo com as Escrituras, [...] a igreja propriamente dita é a congregação dos santos, que verdadeiramente creem no evangelho de Cristo e têm o Espírito Santo.”⁴

A reunião das pessoas como santas é uma imagem forte para evitar a autoridade estrutural que distorça o poder do amor e da justiça. Ela também é benéfica para enfrentar tensões ao se lidar com a autoridade: “Em 1 Co 3 Paulo iguala os ministros e ensina que a igreja está acima dos ministros. Razão por que Pedro não se atribui superioridade ou domínio sobre a igreja ou os demais ministros. Pois diz assim: ‘Tudo é vosso: seja Paulo, seja Cefas, seja Apolo’, isto é: nem os outros ministros nem Paulo arroguem a si domínio ou superioridade sobre a igreja, não onerem a igreja com tradições, não valha a autoridade de ninguém mais que a palavra, não se oponha a autoridade de Cefas à autoridade dos outros apóstolos [...]”⁵

Não há dominação ou superioridade sobre a igreja (1 Pedro 5.3). Este princípio dá integridade e orientação à liderança como dom para muitas pessoas e para múltiplas finalidades. O conceito de sacerdócio de todas as pessoas que creem estabelece o fundamento para a prática de liderança em diferentes níveis (diferentes cargos ou posições em ministérios) na igreja. A posição de tomada de decisões é uma entre outras. As pessoas nessas posições de liderança aprendem a valorizar e buscar conselhos de líderes como, por exemplo, administradores ou administradoras ou dirigentes de estudos bíblicos. Elas são chamadas a serem as mãos de Deus de diferentes formas (ensino, aconselhamento, visita, oração, canto, administração ou contabilidade, etc.).

Com base no princípio da participação na liderança, as igrejas luteranas concordam que a liderança nunca se destina a umas poucas pessoas, mas é compartilhada entre a comunidade de fé. Cada pessoa é capaz de

⁴ Ibid., p. 181, § 28.

⁵ Ibid., p. 347, § 11.

contribuir com seus dons e ajudar a transformar ideias em ações concretas. Uma liderança traz dons para contribuir e atuar na missão de Deus através da pregação da Palavra, do serviço às pessoas (diaconia) ou de atividades em espaços públicos para defender direitos e influenciar mudanças. O sacerdócio de todas as pessoas que creem estabelece a identidade de igrejas inclusivas em que homens, mulheres e jovens se sustentam mutuamente em sua liderança.

Entretanto, deve-se ter consciência de que práticas patriarcais ainda prevalecem na sociedade e na igreja. Nesse tipo de ambiente, as lideranças ajudam a superar o escrutínio e a revisão contínua do desempenho das mulheres e dos líderes jovens. A liderança que apoia mulheres e líderes jovens otimiza o envolvimento delas e deles nos valores da igreja. Onde a liderança é compartilhada, as mulheres e os homens ficam encarregados de tarefas espirituais ou administrativas ao mesmo tempo que reafirmam a representação jurídica entre mulheres e líderes jovens como forma de educar a sociedade.

Mais uma vez, iniciem uma conversa e examinem o que é necessário para promover a igualdade na liderança. Prestem especialmente atenção na dinâmica que ocorre quando mulheres e jovens estão em posições de liderança e em como o princípio da participação pode curar e empoderar vocês para viverem em equidade.

2. Liderança em face de conflitos e mudanças

A história das igrejas faz parte de uma narrativa maior. Nela, as pessoas tomam conhecimento da reconciliação pela fé, um dom gracioso de Deus oferecido em Cristo. Séculos depois de os discípulos e as discípulas de Jesus terem formado comunidades de fé, a igreja foi organizada. Nos primeiros séculos, ela se deparou com rupturas e, mais tarde, com reformas. Como Deus inicia e sustenta a igreja ao longo do tempo, há diferentes igrejas presentes em contextos distintos. O papel das lideranças na igreja é central para a renovação das relações.

Liderança e comunicação assertiva

A comunicação é uma ferramenta que ajuda a conhecer informações e, ao mesmo tempo, ter consciência da dinâmica entre relações. Devido aos avanços tecnológicos, a comunicação é rápida e ajuda a alcançar outras pessoas em lugares diferentes. Ela também pode constituir uma ameaça, especialmente quando usada para espalhar informações quando as situações se tornam tensas. Quanto a este último aspecto, a comunicação presencial ajuda a

enfrentar questões delicadas, esclarecer mal-entendidos, ficar sabendo como as pessoas estão se sentindo e lidar com essas questões.

As lideranças em diferentes níveis nas igrejas são convidadas a considerar, a partir de suas respectivas posições, os aspectos que acabam de ser mencionados e a pensar sobre como a comunicação pode ajudar ou piorar as situações a partir de suas posições de liderança na tomada de decisões; como professores ou professoras, diáconas ou diáconos, administradores ou administradoras, pastoras ou pastores, etc. As lideranças são chamadas a enriquecer o ministério das igrejas, e a ferramenta da comunicação é importante para a pregação do evangelho, o serviço e a busca de justiça.

As aptidões para o diálogo exigem uma prática constante ao se trabalhar com indivíduos e grupos. O diálogo pode fortalecer aquilo que uma carta ou um e-mail transmite. As lideranças precisam reservar tempo para conversas individuais sobre tarefas, relações ou relatórios. A comunicação é tanto a mensagem transmitida quanto a interpretação de códigos que podem implicar a linguagem corporal, sentimentos, emoções, etc. Ela é um dom para compreender melhor o que as pessoas fazem e como elas se envolvem em relações.

Uma boa comunicação ajuda as pessoas no tocante a suas convicções e pertença à comunidade de fé. Pertencer significa ter um papel na igreja. Quando a igreja está consciente da relevância dos papéis, ela investe para envolver pessoas diferentes em uma rede. Nessas atribuições de papéis, a comunicação ajudará a compartilhar informações, explicar códigos usados na igreja (ao trabalhar na comunidade) e convidá-las a exercer sua benevolência traduzindo sua fé através de ações fundamentadas em sua fé.

As lideranças aprendem a relevância de uma boa comunicação. Veiculando mensagens e informações bem preparadas (de forma escrita ou oral), elas têm de ser *comunicadoras sensíveis*, o que implica uma profunda percepção para ouvir para além das palavras. Isso exige uma presença intencional para ter condições de entender mensagens, buscar explicações, fazer perguntas que demandem uma reflexão mais profunda. Essas ferramentas não só ajudam a compreender outras pessoas, mas também preparam as lideranças a se comunicar ao mesmo tempo que procuram entender o contexto e pensam nas pessoas de sua congregação ou comunidade.

A prática dessas aptidões leva a uma comunicação sensível que dê atenção à dinâmica subjacente. Interpretar nas entrelinhas requer um relacionamento estreito com as pessoas no próprio contexto delas. Existe conhecimentos culturais e subculturais que exigem tradução. As lideranças estão em posições boas para vincular as pessoas de maneira inclusiva. Quando surgem dificuldades, ir até a fonte das informações, em vez de ficar com as informações de terceiros, ajuda a aprofundar sua compreensão e averiguar os fatos. Dessa forma, escutar as duas artes de modo isento de confrontação ajuda a reconhecer os nós que tornam o relacionamento impossível.

As subculturas contêm muitos códigos comunicacionais. Pode-se lidar bem com elas lendo e tentando entender formas de envolvimento e interação. Por meio de uma comunicação constante, as lideranças podem chegar a compreender essas formas de expressão buscando encontrar o sentido mais amplo da vida contido naquilo que é expresso. Isso exige um trabalho extra, mas ajuda a evitar o envolvimento em uma comunicação seletiva que, em sua maior parte, está coberta por emoções.

A comunicação se torna uma boa ferramenta quando tem um bom *timing*. Ela dá a oportunidade de se envolver com as pessoas e renovar a compreensão antes que as emoções e tensões atinjam o nível de uma crise. Em outras palavras, a comunicação é uma ferramenta para evitar crises.

Hoje em dia, há diferentes aplicativos de mídias sociais. Por um lado, eles são uma dádiva porque ajudam a estabelecer uma conexão rápida no mundo todo. Por outro, podem ser perigosos quando usados erroneamente. O abuso de mídia sociais tem sido um desafio para vários grupos e igrejas; por isso, recomenda-se desenvolver um código de conduta comunicacional. Procedimentos específicos ajudarão a estabelecer linhas de comunicação (interna e externamente) e a identificar pessoas-chave para o bom uso dos aplicativos.

Todos os aspectos elencados acima são relevantes para as aptidões de uma comunicação sensível. Passando agora às Escrituras, vemos que Deus fala em épocas diferentes e através de formas diferentes. Deus enviou mensagens através de profetas, de Jesus Cristo, dos discípulos e de outras pessoas. Deus queria que tomássemos conhecimento de seu amor que reafirma a vida. Isso também significava reconhecer a Deus em uma atitude de respeito e louvar a Deus por meio de atos de amor ao próximo.

Como Deus continua a se comunicar através das igrejas, a comunicação continua sendo relevante. Essa é a razão pela qual a liderança implica “autodisciplina, um nível profundo de concentração, compromisso e múltiplas tarefas”⁶. Tudo isso certamente são dons.

Lembre-mos de que conversas presenciais são benéficas. Esta recomendação é tomada de Mateus 18.15-16 e pode ajudar a esclarecer situações complicadas, a superar mal-entendidos ou suposições e a buscar renovação ou construir pontes.

Lembrando-se de que situações difíceis são oportunidades para ajuda mútua, leiam Mateus 18.15-16 e iniciem uma conversa para refletir sobre como podem melhorar as aptidões de liderança. Sugiro que leiam o texto, pensem em um caso específico, identifiquem a dinâmica e compartilhem o aprendizado.

⁶ CRAIG, 2019, p. 92.

Liderança mediadora

A experiência da mediação se torna relevante para a liderança. Não obstante, uma pessoa que exerce liderança na igreja (qualquer que seja a posição que ocupa) deve se lembrar de que não é uma mediadora. Seu papel como líder pode ajudar a prevenir que qualquer circunstância se transforme em uma crise.

É por isso que, neste artigo, as lideranças são convidadas a estar cientes de seu lugar e se conscientizar de que seu envolvimento visa principalmente evitar situações que possam, potencialmente, levar a conflitos. Então a liderança se tornará uma ponte entre as pessoas e as ajudará a reconhecer dificuldades; mas seu papel nunca é ser um mediador ou uma mediadora. A mediação tem de ser um recurso que venha de fora da igreja e tenha amplas qualificações – conhecimento e experiência.

Um dos dons para as lideranças é que elas conheçam seu lugar: onde está sua pertença e onde fazem parte da igreja ou congregação. Como tais, podem permitir o diálogo, tornando-se a conexão para a compreensão. Quando a situação se torna insuportável, o papel delas é buscar apoio profissional.

As pessoas que exercem liderança irão se deparar com situações em que as coisas não andam bem e surgem emoções que se acrescentam ao cansaço físico, à raiva, à frustração, etc. Esses sinais já exigem cuidado. No Salmo 91.1-7, confirma-se a presença de Deus em situações difíceis. Ele oferece duas imagens: a de protetor e a das asas abertas de uma galinha.

Como protetor, Deus é o abrigo que proporciona sombra e refúgio (espaço seguro). Em Deus, as pessoas podem voltar a respirar e recuperar a serenidade. Como galinha com as asas abertas, Deus representa uma figura cuidadora que acolhe e protege da chuva ou das noites frias. As duas imagens são significativas porque reafirmam o cuidado, que é uma característica da igreja. Portanto, o amor e o cuidado permanecem relevantes mesmo em situações difíceis.

Se vocês não ouvirem falar de “liderança mediadora” antes, saibam que ela é mais do que uma descrição. Liderança mediadora designa pessoas aptas (com conhecimento e talento) que estejam dispostas a liderar (predisposição para envolvimento pessoal), escutando, ao mesmo tempo, todas as partes envolvidas. Quando a pessoa se der conta de seus limites, irá procurar uma mediadora ou um mediador profissional.

A liderança mediadora convida para uma *escuta empática* no sentido de cuidado. Ela ajuda a promover a paz, o que pode abrir corações e levar à reconciliação. Deve-se observar que a reconciliação é obra de Deus (Romanos 5.11). As pessoas que exercem liderança estabelecem espaços seguros em que as pessoas podem se conectar de novo (ver seus olhos e rostos) e passar a reiniciar suas relações.

Prestar atenção a forças subjacentes aos relacionamentos levará à revelação de níveis de dificuldades. A liderança oferece apoio ao observar

essa dinâmica e incitar as partes a se tornar conscientes delas. Ao enfrentar situações difíceis, ela deve dar atenção igual às duas partes envolvidas.

As pessoas que escutam umas às outras são confiantes e mais abertas para ver a perspectiva das outras e a identificar a dinâmica. Depois de avaliar e chegar a uma conclusão, a liderança pode reunir as partes para o diálogo. Esse tempo pode ajudar a esclarecer posições e superar suposições.

Lembre-mos de que escutar uma pessoa diretamente (em primeira mão) ajuda a simplificar a experiência, identificar e compreender sentimentos e, quando possível, serve de força para inspirar as partes a encontrar juntas uma saída para a situação.

Geralmente, as lideranças são encarregadas de representar e cumprir tarefas específicas. Fazendo isso, elas servem a Deus e, ao mesmo tempo, atuam em prol da unidade da igreja (João 17.20-21). Essa responsabilidade enorme aumenta a consciência das sensibilidades, discordâncias, experiências de vida diferentes e posições entre as pessoas. Assim, fazendo o melhor uso possível da escuta e comunicação empática, as lideranças cumprem sua vocação.

O tempo todo, as pessoas que exercem liderança têm de ativar a ferramenta preventiva para antever situações que possam se transformar em crise e alimentá-la. As lideranças mediadoras são compassivas (empáticas), tomando tempo para incentivar as pessoas em relacionamentos complicados a tomar medidas para buscar um novo início. Ao escutar a expressão de frustração e raiva, as lideranças são empáticas, mas sem assumir esses sentimentos como se fossem seus próprios; isso implica manter uma distância salutar e, ao mesmo tempo, estar presente. A liderança mediadora é uma tarefa intencional que reafirma o cuidado e a cura.

Como se disse acima, quando a situação não atinge um nível de compreensão mesmo esclarecendo as posições, isso é sinal de que se deve buscar uma mediadora ou um mediador profissional. Buscar apoio profissional é outro dom na liderança.

Leiam o Salmo 91.1-7 e pensem em uma situação que necessita (ou necessitava) de uma presença calorosa e gentil. Como a liderança agiu e, se as coisas se encaminharam na direção errada, o que se fazia necessário? Compartilhem o aprendizado para ajudar as líderes ou os líderes a perceberem a obra de Deus através da liderança.

A liderança que empodera pessoas que exercem liderança

A liderança no sentido de orientação tem sua fonte na vocação dada no batismo. Ainda assim, é verdade que todas as pessoas em diferentes níveis de liderança precisam promover e educar lideranças. Um dos aspectos desafiadores que permanece crucial é a “liderança de iguais”. Isto implica

a inclusão de pessoas diferentes para ajudar a superar práticas do tipo de cima para baixo. Isso se torna especialmente evidente em estruturas em que as pessoas se defrontam com posições e relações desiguais.

Como seres humanos, ainda não alcançamos uma igreja de iguais no sentido de ser não hierárquica. Entretanto, as lideranças que sustentam sua vocação batismal sabem que, na missão de Deus, homens, mulheres, jovens e vários atores são convidados a pregar, servir, defender direitos e se desenvolver de modo igual.

Alertar as lideranças para essa realidade as ajuda a empoderar intencionalmente muitas pessoas que possam assumir sua vocação e reafirmar seus dons. Ainda há necessidade de dar atenção especial aos dons de mulheres de descendência indígena e africana, bem como aos dons líderes jovens

À medida que todo mundo traz sua experiência de vida e seu conhecimento (como afirmava Paulo Freire), o empoderamento, além do reconhecimento dos dons, é a reafirmação de que cada pessoa ser parte integrante e importante. Elas podem ser motivadas e receber oportunidades para se desenvolver enquanto trabalham e aprendem. Quando esses aspectos estiverem presentes, o compromisso e a pertença já reafirmam a inclusão e participação.

As igrejas que investem fortemente em inclusão e participação estão cientes de influências patriarcais que sempre se farão presentes na sociedade. A consciência tem a função de ser um recurso para a liderança continuar a descolonizar práticas obstrutivas que permanecem mesmo entre as pessoas que as conhecem. As lideranças focam diferentes histórias de vida para fortalecer uma igreja repleta de talentos. Esses dons são inspiradores e têm o potencial de serem um refúgio para muitas outras pessoas na sociedade.

O sacerdócio de todas as pessoas que creem, central para o luteranismo, mira a hierarquia e o poder. Os reformadores tinham essa intenção quando desenvolveram e ampliaram esse conceito. Em Atos 23.1-5, o “sumo sacerdote” administra a lei através do exemplo em vez de procurar culpa ou rejeitar pessoas. Antes, explorou-se como a liderança se destina a todas as pessoas e é executada colegialmente (junto com outras pessoas). Deus continua a convidar líderes a renovar relacionamentos, valorizar as diferenças, superar dualidades e reconectar as pessoas em meio às diferenças.

Um dos desafios com que todo mundo se depara, e especialmente pessoas em posições de liderança, é o desejo de se tornar como Deus; com efeito, essa é a tentação do Éden. Reconhecer essa tentação é um passo enorme para levar lideranças ao nível de outra pessoa, para reafirmar sua vocação como servidoras de Deus e do próximo. A humildade e consciência da natureza humana ajudam a retornar à fonte da reconciliação no evento do batismo. Quando as lideranças são admiradas ou aclamadas por fazerem bem seu trabalho, isso não deveria distorcer aquele selo batismal que nos impede de ceder ao orgulho e à arrogância.

A igreja tem o dever de servir com amor. As pessoas que exercem liderança devem manter esse horizonte, cientes de que seu chamado para servir outras (algo como estar escravizadas) faz parte de sua responsabilidade. Sustentar a vocação batismal não é fácil. Exige um equilíbrio entre aptidões, manter seu lugar em estruturas dadas e uma atitude humilde.

As lideranças que conseguirem equilibrar tudo isso podem considerar a representação legal como uma tarefa e servir de inspiração para outras pessoas. Dessa maneira elas já transferem o conhecimento do que significa liderança inclusiva. Como modelos, continuam fomentando dons e aprendendo ao mesmo tempo que promovem a capacidade de cada pessoa de oferecer algo à liderança. Ter abertura para receber também reflete a abertura para liderar sob o princípio do amor e cuidado inclusivos.

Política e diálogo

Marie Ann Wangen Krahn
Profesora de Hebraico, Faculdades EST
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Política! Quando você ouve esta palavra quais são os sentimentos que surgem? Tome um minuto para identificá-los.

Frustração? Fortalecimento? Raiva? Apatia? Pertencimento? Participando? Impotência? Indiferença? Manipulado/a? Desconfiado/a? Conectividade? Cansaço? Felicidade? Inquietação? Vergonha? Satisfação?

Quando se trata de política, parece que o diálogo e a reconciliação estão se tornando cada vez mais difíceis. Parece haver uma crescente falta de vontade de ouvir as ideias e sentimentos da outra pessoa, especialmente quando são bastante diferentes dos nossos. O individualismo está ficando mais forte. A preocupação com o bem maior e com o bem-estar geral de toda a criação parece estar diminuindo. As redes sociais parecem dar muito mais atenção ao sensacionalismo, às mentiras e ao mal que se perpetuam no mundo do que a todas as ações boas e solidárias que estão sendo realizadas por tantas pessoas e grupos. Como podemos trabalhar a reconciliação e o diálogo em meio a tudo isso? Obviamente, não existe uma resposta, não existe uma receita que consertará tudo. Mas existem estratégias e ações que podem nos colocar no caminho de trabalhar pela paz e reconciliação.

Como se pode ver na pesquisa rápida e informal feita com algumas pessoas sobre quais sentimentos surgem quando a palavra política é dita ou lida, há sentimentos mistos, mas o que predominam são os sentimentos negativos. Um dos primeiros passos no trabalho de diálogo e reconciliação é tomar consciência e ser capaz de identificar os próprios sentimentos. Depois de identificar os sentimentos, precisamos tentar entender o que causa esses sentimentos. Muitas vezes é mais fácil identificar sentimentos e causas quando estamos em pequenos grupos de pessoas em quem confiamos. Muitas

congregações já têm vários grupos formados. Haveria possibilidade de iniciar conversas sobre política nesses grupos? Por que é importante lidarmos com a questão da política? Existe alguma possibilidade real de viver neste mundo sem ser afetado pela política? Qual é o significado da política? O que a Bíblia tem a dizer sobre política? O que Martinho Lutero tem a dizer sobre política?

Comecemos nosso estudo lembrando qual é a raiz da palavra 'política'. Vem do grego – πολιτικός (*politikos*) de πολίτης (*polites*, 'cidadão') e πόλις (*polis*, 'cidade'). Disto deriva o significado de 'assuntos das cidades'. Em outras palavras, significa cidadãos e cidadãs cuidando das cidades tanto nas relações humanas quanto no sustento físico. As pessoas cidadãs somos todos e todas nós, moradores e moradoras do planeta. Para cuidar da cidade ou do lugar onde vivemos é preciso haver organização, as pessoas precisam de leis, estruturas, instituições, organizações para poderem desenvolver uma vida saudável, plena e digna para todas as pessoas cidadãs do lugar. Elaborar políticas públicas e organizar e executar o trabalho de construção e manutenção de uma cidade para que todas as pessoas cidadãs tenham uma boa qualidade de vida é a essência da política. Isso parece muito básico e simples. Por que então se expressam sentimentos tão fortes quando se fala de política?

Comecemos do início? Lembre-se de que no início Deus criou os céus e a terra, a terra com toda a sua diversidade de criaturas e plantas. Entre as criaturas que Deus criou estava o ser humano que Deus criou à imagem de Deus e Deus colocou o ser humano no comando de cuidar da criação de Deus. Deus declarou que esta criação, toda ela, era muito boa! (Gênesis 1). O desejo de Deus era que esta criação incluindo a humanidade vivesse em harmonia e paz, todos tendo o que era necessário para seu bem-estar (Gênesis 1: 29-30). O ser humano foi o colaborador de Deus no cuidado da criação de Deus. Deus também deu ao ser humano a liberdade de escolher seguir ou não os preceitos de Deus para o bem viver de toda a criação. Quando o ser humano caiu na tentação de querer saber tanto quanto Deus e ser sábio, ser como Deus (Gênesis 3: 5-6), rompeu seu relacionamento com Deus e assim começou o pecado. O que isso tem a ver com política?

Cuidar da comunidade e do lugar em que se vive envolve se relacionar com outras pessoas, confiar no outro, fazer acordos sobre como as coisas devem ser cuidadas. Quando o ser humano tem como meta ser igual a Deus, está desprezando seu papel de colaborador e assumindo um papel de poder dando lugar a jogos de poder. Quando os seres humanos deixam de colaborar com Deus no cuidado do mundo e passam a querer ser Deus, ter poder sobre os outros, vemos a ganância de poder e da riqueza corromper a política. Assim, ao longo do tempo, a política tornou-se crivada de jogos de poder, desviando-se de seu objetivo principal, que é cuidar e proteger a criação, a sociedade, o ser humano. Isso tem gerado uma grande desconfiança na

“política”, fazendo com que tantos sentimentos negativos sejam evocados ao se falar em “política”. Mas, o mundo não pode existir sem política.

Martinho Lutero nos fornece uma interpretação interessante sobre a função da política: *“Antes do pecado não havia organização política porque não era necessária. A organização política é o remédio necessário para uma natureza corrompida”* (Obras Seleccionadas, v. 12, p.134).

“Após a queda, a liberdade do ser humano se transformou em um poder que ameaça a vida. Por isso, Deus instituiu a Política como uma disposição emergencial. A política se expressa no poder coercitivo e punitivo do Estado, cuja tarefa é manter a ordem e proteger contra a corrupção. Ao mesmo tempo, a Política tem a função de promover a justiça econômica: ‘Precisamos de soberanos e autoridades que tenham olhos e vontade de instalar e manter a ordem em todos os negócios e transações comerciais, para que as pessoas pobres não sejam sobrecarregadas e oprimidas, tendo que lidar com os pecados das outras pessoas.’ (Catecismo Maior, p. 64)

Lutero não entendeu a política como sendo apenas um mal necessário ou um poder coercitivo. Ele reconheceu que Deus criou as pessoas para se relacionarem de maneira amigável e harmoniosa. A partir desta predisposição à organização social, a Política também é constitutiva e garantidora da existência humana. É por isso que cada ser humano participa da Política, seja como cidadão, cidadã ou como pessoa que exerce um cargo político”. (Texto Base do Tema do Ano 2018 da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil – IECLB. p. 3)

Ao longo de grande parte da história das civilizações, parece que a política tem sido exatamente o oposto da definição de Lutero. Parece ser cada vez mais usado para dividir e criar grandes rixas entre as pessoas, levando à violência, ao ódio e à morte. Como podemos recuperar a essência da política, tornando-a uma ferramenta a ser usada para promover a justiça e a dignidade entre as pessoas?

Obviamente, não existe uma única solução. É bom lembrar que grandes transformações acontecem por meio de pequenas ações. Tudo o que podemos fazer é plantar as sementes. Em uma congregação, pode haver um grupo ou vários grupos nos quais uma pessoa líder membro ou um ministro ou uma ministra poderia sugerir falar sobre política a partir desta perspectiva que apresentamos aqui – não política partidária, mas política como uma ferramenta necessária para cuidar da cidade, da nação, do mundo. Pode-se começar lendo Gênesis capítulo 1: 29-31, depois Gênesis 3: 5-6 e depois os dois parágrafos acima de Lutero sobre política. Após a leitura sugira algumas atividades de escuta, talvez como as seguintes:

Primeiro, faça com que o grupo se sente em círculo, pois quando estamos em círculo todas as pessoas podem se ver, facilitando o diálogo. Peça às pessoas participantes que reflitam sobre o que é escutar de verdade. Para

haver qualquer diálogo e, especialmente, qualquer reconciliação, primeiro é preciso haver uma escuta verdadeira. Peça-lhes que reflitam sobre o que acontece quando se sentem realmente ouvidas. Que ações, gestos, palavras, expressões faciais fazem uma pessoa se sentir realmente ouvida? A pessoa líder e uma pessoa participante voluntária podem encenar três ou quatro situações nas quais a verdadeira escuta não está acontecendo. Pergunte como as participantes se sentiram. Em seguida, encenem duas cenas em que a verdadeira escuta esteja acontecendo. Pergunte como as participantes se sentiram. Agora sugira algumas atividades em que essa escuta seja colocada em prática, como talvez as seguintes.

Uma atividade de tempestade de ideias pode ser realizada em que a pergunta feita seria “quais sentimentos surgem quando você ouve a palavra ‘política’”. Continuando em círculo, todas as pessoas podem falar, revezando-se, certificando-se de que todas estão nomeando sentimentos. Por se tratar de uma atividade de tempestade de ideias, não é um momento de argumentação, defesa ou refutação. O objetivo é simplesmente ouvir uma à outra com atenção, nomear os sentimentos e alguém escrevê-los em uma folha de papel pardo. Agora faça com que o grupo se divida em grupos menores, de 4 ou 5, ou se o grupo já for pequeno, fique com o grupo completo. Faça com que todas vejam os sentimentos escritos na folha de papel pardo, levando alguns minutos para lê-los e assimilá-los. Em seguida, peça ao grupo que escolha dois sentimentos negativos e dois sentimentos positivos. Abra um momento de compartilhar sobre as possíveis causas dos sentimentos negativos. Estipule que cada uma pode expressar o que pensa e que não haverá refutação ou argumentação. A questão é tentar ouvir com atenção para tentar entender e respeitar de onde vêm esses sentimentos. Todos são válidos. Nenhum é melhor ou pior que o outro. Alguém pode anotar essas causas em outra folha de papel pardo. Depois que cada pessoa tiver a chance de compartilhar sobre as causas dos sentimentos negativos, comece a compartilhar as causas dos sentimentos positivos, com as mesmas estipulações, praticando a escuta atenta, sem refutação ou argumentação, tentando compreender e respeitar as afirmações.

Um dos resultados de uma atividade como as descritas acima é que as pessoas conseguem perceber que têm coisas em comum. Elas têm sentimentos em comum, entendem as causas em comum. Ao dedicar um tempo para ouvir ativamente a outra pessoa, aumentamos as chances de entender de onde essa pessoa está vindo. Através deste entendimento aumentam as possibilidades de encontrar um chão comum e isto, por sua vez, ajuda a abrir caminhos para ações transformadoras, cooperativas e colaborativas. Num panorama geral das sociedades mais pacíficas, onde se procura construir condições em que todas as pessoas cidadãos vivam bem, com dignidade e paz, pode-se observar que se toma tempo para ouvir as pessoas cidadãos. A

escuta ativa é uma das principais chaves para a transformação da violência para a paz. Haverá mais paz, quando pela escuta, a política for aos poucos entendida como uma ferramenta de promoção da justiça e do cuidado e não como uma arma a ser levantada para dividir e subjugar.

Uma atividade de seguimento às sugeridas acima seria que as pessoas participantes dos grupos elaborassem possíveis estratégias para a vida real que poderiam ser realizadas para transformar as causas dos sentimentos negativos em relação à política, talvez usando as causas para os sentimentos positivos como estimuladoras.

E quanto às mídias sociais e seu impacto neste diálogo para uma mudança pacífica? A mídia social tem tido um impacto tremendo, tanto positivo quanto negativo, na direção que a sociedade está tomando em termos de política e relações políticas no mundo. A capacidade de mobilizar as pessoas em torno de causas aumentou muito, o que é uma ótima ferramenta se usada para o bem geral das pessoas e não para prejudicar e destruir pessoas indesejadas. A capacidade de divulgação de notícias é imensurável, tanto boas como más. O verdadeiro desafio da mídia social é que ela está aberta a muitas informações de todos os tipos, úteis, construtivas e verdadeiras, mas também muitas destrutivas e falsas. E esse lado negativo das redes sociais propicia e instiga muito do ódio e da violência que estamos vendo crescer no mundo. Então, como podemos neutralizar esse lado negativo das mídias sociais e usar essa mídia de uma forma que transmita a mensagem do amor e cuidado de Deus pelo povo de Deus e capacite as pessoas a serem proféticas, seguindo os passos de Cristo de denunciar a injustiça e amar e cuidar das pessoas mais vulneráveis do povo de Deus? Como podemos lidar com notícias falsas? Quais são as consequências da disseminação de notícias falsas? Quais são as raízes de sermos tão crédulos em acreditar em notícias falsas? Como podemos canalizar o uso da mídia social para fins construtivos e cheios de amor?

Um primeiro passo para começar a usar a mídia social para propósitos construtivos seria trabalhar em grupos para tentar entender como nossos sistemas de crenças podem nos tornar mais vulneráveis a acreditar em diferentes tipos de informação. Por exemplo: se tenho uma forte crença na medicina alternativa, isso me torna mais vulnerável a acreditar em notícias falsas sobre possíveis tratamentos alternativos para COVID 19. Uma das maneiras de aprendermos a ler de forma mais crítica é nos tornarmos conscientes de como nossos sistemas de crenças influenciam o que aceitamos e não aceitamos das informações que recebemos das redes sociais. À medida que nos tornamos mais conscientes de nossas ideias fixas, seremos mais capazes de perceber como elas influenciam nosso julgamento e interpretações das informações que recebemos. Precisamos aprender a discernir entre a informação que leva ao cumprimento do chamado de Deus à justiça, cuidado e amor, especialmente para com as pessoas mais vulneráveis do

povo de Deus e aquela informação que leva a decisões erradas, destruição de relações e vidas, o que é contrário à vontade de Deus.

Mais uma vez, as atividades de escuta ativa podem ser usadas como pontos de partida. Em pequenos grupos você pode estudar este tema começando em um círculo com perguntas para primeiro trazer à tona os sentimentos e experiências, lembrando, neste primeiro momento, que a questão é ouvir ativa e plenamente uma à outra e não discutir ou tentar provar ponto de vista, mudar a opinião de alguém, etc. Deve-se abster de argumentações, refutações ou críticas e trabalhar na escuta ativa para que as pessoas sintam que estão em um espaço seguro para compartilhar conversas talvez paradoxais ou mesmo controversas.

Algumas sugestões de perguntas:

- Quais são algumas boas experiências que você teve com as mídias sociais? Como elas fizeram você se sentir?
- Quais são algumas experiências ruins que você teve com a mídia social? Como você se sentiu com essas experiências ruins?
- Elas estavam relacionadas com notícias falsas ('fake news')?
- Aquilo que você acredita sobre determinado assunto influenciou sua crença nas notícias falsas?

Depois de compartilhar sentimentos e experiências, o grupo pode ser instigado a pensar ou apresentar maneiras de usar as mídias sociais para transmitir mensagens positivas sobre a política no seu significado básico. Como podemos trabalhar com a mídia social de forma que ela possa complementar e fortalecer nosso chamado para denunciar as maneiras injustas e dolorosas com que a política está sendo usada e anunciar as maneiras amorosas e cuidadosas de usarmos a política mostrado por Cristo? Que medidas concretas podemos tomar para mitigar o impacto das notícias falsas? Pode haver pessoas nos grupos com experiência em investigar e verificar notícias para verificar se são falsas ou não. Essas habilidades podem ser compartilhadas. Poderia se planejar tempo em grupos para as pessoas praticarem o uso das ferramentas de verificação de notícias e discutirem os resultados. As pessoas podem ser incentivadas a compartilhar essas ferramentas posteriormente com outros membros da família e grupos.

Quais poderiam ser alguns resultados desse trabalho coletivo? Planeje reuniões de seguimento para trabalhar as ações práticas a serem realizadas, ações que podem mudar a forma como usamos as mídias sociais, ações que podem mudar a forma como lidamos com a política e como fazemos política. O desafio é manter diante de nós o objetivo de seguir a Cristo, difundindo amor, carinho, respeito, justiça, solidariedade e, assim, dialogar para uma transformação pacífica.

Migração: A igreja como presença mediadora e mitigação de conflitos

James Henricks

Pastor na Igreja Luterana Summer Memorial

Sínodo da Carolina do Sul

Igreja Evangélica Luterana na América

Introdução

Quando pensamos em migração, a primeira coisa que talvez nos ocorra sejam políticos nacionalistas raivosos ou argumentos políticos abstratos. A migração e os conflitos que a cercam são mais do que abstrações ou argumentos distantes. A hostilidade expressa contra migrantes tem consequências para muitas pessoas no mundo todo. Ante tais consequências, vemos a necessidade de que a igreja seja uma voz e um ator para encontrar um caminho melhor para avançar. Em face da injustiça, Deus não se cala. Ainda assim, muitas vezes as pessoas cristãs ficam inativas. Nossa vocação é mais elevada, e necessitamos de ferramentas adequadas para encarar esses conflitos centrados na migração no mundo todo e ficar à altura do que Deus nos chamou a fazer. Levando em conta a importância do que está em jogo, as lideranças da igreja em todos os níveis têm a responsabilidade de recuperar o papel mediador da igreja nesses conflitos centrados na migração. Nesta parte deste subsídio, apresento um referencial para entender os conflitos que giram em torno da migração humana, o papel da igreja e aptidões e medidas práticas que as lideranças podem implementar para conduzir seus membros em diálogos centrados na fé a respeito de como Deus nos chama a agir em meio a essas questões.

Migração e conflito: repensando a causa

O papel da igreja inicia com uma consciência e compreensão adequadas do problema. Uma narrativa comum em torno de conflitos centrados na migração poderia ser a seguinte: Um grupo acaba deslocado por causa de guerra, ameaça de violência ou alguma outra dificuldade grave. Ele deixa para trás uma situação instável em busca de segurança e uma vida melhor. Atravessa fronteiras e acaba chegando a um novo país ou região. Sua presença é observada e percebida nesse novo lugar. A hostilidade para com esse grupo aumenta, começando, muitas vezes, em um partido político nacionalista. A partir daí, lideranças políticas começam a culpar, usar como bode expiatório ou rotular esses migrantes com todo tipo de caracterizações e estigmas que rebaixam sua humanidade. A hostilidade vinda da liderança fomenta o mesmo sentimento em grupos da população do novo país; vozes hostis difamam os migrantes para enfiar uma base política e culpam os novos migrantes por problemas antigos. Em vez de serem tratados como pessoas que necessitam de ajuda humanitária, migrantes que fogem de guerra ou violência são tratados como um problema de segurança ou ônus para o sistema no lugar em que vivem agora. Essa narrativa se aplica a muitos lugares. Os Estados Unidos¹ e o Brasil² são exemplos disso nas Américas. A linguagem usada em conexão com o Brexit e por partidos nacionalistas em toda a Europa também refletem essa narrativa³. Exemplos que seguem esse padrão não são difíceis de encontrar. O fato de esse padrão surgir e se repetir em muitos países e culturas diferentes significa que há uma fonte comum mais profunda.

Qual é o problema, então? Será o ato da migração? Serão as próprias pessoas que migram? Os políticos que as culpam e usam como bode expiatório? Geralmente o diálogo fica nesse nível, em que cada pessoa tenta descobrir quem é responsável pelos conflitos que surgem. As pessoas tiram suas conclusões a respeito de quem é culpado, sejam os migrantes, os políticos ou algum outro partido responsável por isso. Depois de terem escolhido seu lado, as pessoas passam a atribuir a culpa e a fazer o possível para punir

¹ WASHINGTON POST STAFF. Full Text: Donald Trump Announces a Presidential Bid. Washington Post, 16 jun. 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/post-politics/wp/2015/06/16/full-text-donald-trump-announces-a-presidential-bid/?arc404=true>

² LONDOÑO, Ernesto. Bolsonaro Pulls Brazil from U.N. Migration Accord. New York Times, 9 jan. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/01/09/world/americas/bolsonaro-brazil-migration-accord.html>

³ SUNDBURG, Jan. Who are the Nationalist Finns Party? BBC News, 11 maio 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-32627013>. DETROW, Scott. From 'Brexit' to Trump, Nationalist Movements Gain Momentum Around World. NPR, 25 jun. 2016. Disponível em: <https://www.npr.org/2016/06/25/483400958/from-brexit-to-trump-nationalist-movements-gain-momentum-around-world>

quem está errado – como se atribuir a culpa e punir as pessoas certas seja uma forma produtiva de avançar. Os conflitos em todo o mundo seguem um padrão semelhante, em que cada pessoa põe a culpa ou fica com raiva de acordo com sua posição política.

Para entender esses conflitos no nível que os cria e sustenta, recorro brevemente à teoria da identidade social para compreender os fatores psicológicos e sociológicos atuantes nesse caso. O fundamento dessa teoria é a categorização, que é um processo cognitivo nos qual os seres humanos colocam todas as coisas, inclusive as pessoas, em categorias. Como parte de sua autocompreensão e com base na necessidade psicológica da pertença, os seres humanos categorizam a si mesmos em grupos que lhes dão sentido e valor. Esses grupos passam a fazer parte da identidade social de uma pessoa, entendendo-se identidade simplesmente como a maneira como uma pessoa se define como parte de um grupo. Por exemplo, a frase “Eu sou luterano ou luterana” refletiria uma identidade social dessas⁴.

Embora o processo de categorização e formação de identidade reconheça as diferenças entre grupos, essas diferenças não levam, por sua mera existência, à ocorrência de hostilidade. Entretanto, é por meio dessas diferenças que os seres humanos começam a pensar em termos de “nós” e “eles”. Essa visão do mundo em termos de “nós” e “eles” contribui para modelar o que pode acontecer cognitivamente na resposta à migração. Assistimos ao desenvolvimento psicológico e sociológico de um “nós” e ao desenvolvimento de um “eles” à medida que esses dois grupos distintos entram em contato. A pergunta permanece: como essas diferenças entre grupos levam ao conflito?

Marilynn Brewer, em seu trabalho sobre a teoria da identidade social, sugere que existe um continuum na forma como essas identidades fazem as pessoas passarem de níveis baixos para níveis elevados de hostilidade. Depois da autocategorização, descrita anteriormente, o estágio seguinte seria a positividade intragrupal. Neste nível, a identificação positiva com um grupo não leva a um conflito aberto, mas a positividade para com o grupo interno pode ser negada ao grupo externo e acarretar discriminação, seja intencional ou não. O estágio seguinte do continuum proposto por Brewer é a comparação intergrupual, entendida simplesmente como a passagem de “meu grupo é bom” para “meu grupo é melhor”. Embora não sejam inerentemente antagonísticos, nesse estágio em muitos conflitos identitários se veem concorrência, julgamento moral e favoritismo explícito, que são sinais visíveis

⁴ KOROSTELINA, Karina Valentinovna. *Social Identity and Conflict: Structures, Dynamics, and Implications*. New York: Palgrave Macmillan, 2007. JUSSIM, Lee; ASHMORE, Richard D.; WILDER, David. Introduction. In: JUSSIM, Lee; ASHMORE, Richard D.; WILDER, David (ed.). *Social Identity, Intergroup Conflict, and Conflict Reduction*. New York: Oxford University Press, 2001. p. 3-14.

de conflito. O estágio final desse continuum, com o mais elevado grau de hostilidade, é o antagonismo e agressão extragrupal, em que causar dano ao grupo de fora se torna um fim em si mesmo. Com base nessa abordagem teórica, há muitos fatores que nos ajudam a perceber como as pessoas se movem na direção da extremidade agressiva do continuum. Percepções do grupo externo como uma ameaça, política baseada no uso de poder, concorrência no acesso a recursos e muitos outros fatores levam a níveis mais profundos de hostilidade⁵.

Esse exame muito breve da teoria da identidade social demonstra o funcionamento desses conflitos no interior da mente humana. Questões de “nós e eles”, que em muitos casos se transformam em “nós contra eles”, são o fundamento sobre o qual conflitos em torno da migração são construídos. Embora haja muitas formas pelas quais essa teoria se expresse no mundo, ela é particularmente visível em conflitos centrados na migração. A maneira pela qual as pessoas falam sobre migração nesses conflitos consiste de argumentos sobre a definição de “nós” e “eles”. Os políticos discutem sobre quem está dentro e quem está fora, quem é como “nós” e compartilha “nossos” valores. Entender os processos que alimentam esse tipo de conflito permite que a igreja se concentre em enfrentar essa mentalidade de “nós e eles” ou “nós contra eles”, e, ao fazer isso, enfrente de modo mais produtivo e fiel o cerne dessas divisões relacionadas à identidade.

A igreja – esclarecendo nossa vocação

Em meio a esses conflitos baseados na migração, a igreja se defronta com o desafio de ser uma presença de construção do reino. Enfrentando as questões identitárias mais profundas subjacentes à superfície política, a igreja tem melhores condições de vivenciar sua vocação e falar de uma forma que nos aproxime mais do estilo de vida do reino. Este papel da igreja consiste em ser uma presença mediadora.

Uma presença mediadora da igreja é aquela que esteja situada fora de dualismos políticos e atue para reunir as pessoas para uma alternativa viável e fiel que se encontre na vocação que Deus nos dá no mundo. Ela enfrenta a questão de “nós” e “eles” definindo quem nós somos como povo de Deus e como vemos outras pessoas como criadas à imagem de Deus. Nosso papel de mediação é imparcial, mas não é neutro. Como presença mediadora entre polos políticos, a igreja não é um terceiro desinteressado;

⁵ BREWER, Marilyn. Ingroup Identification and Intergroup Conflict. In: JUSSIM, Lee; ASH-MORE, Richard D.; WILDER, David (ed.). *Social Identity, Intergroup Conflict, and Conflict Reduction*. New York: Oxford University Press, 2001. p. 17-41.

pelo contrário, a igreja, movida pelo evangelho, leva as pessoas na direção de um caminho mais fiel.

O relato da Escritura fala por si mesmo: a peregrinação dos israelitas pelo deserto, a voz dos profetas e a vida e os ensinamentos de Jesus Cristo dão uma visão teológica clara de acolhida e hospitalidade para com o estrangeiro ou estranho. Entretanto, a igreja não consegue vivenciar a realidade dessa visão a cada dia. O mundo, incluindo a igreja, continua a conviver confortavelmente com os pecados do status quo. Nossa própria complacência talvez constitua nosso maior desafio. A violência, ódio, misoginia, racismo, colonialismo e as desigualdades econômicas que atualmente fazem com que as pessoas saiam de onde vivem não são exteriores à história e vida da igreja. A mudança que esperamos criar ao enfrentar conflitos relacionados à migração é tanto interior quanto exterior – nós transformamos a nós mesmas e a nós mesmos para que possamos, de nossa parte, transformar o mundo.

Gostaria de examinar, por um momento, o que vejo acontecendo atualmente em muitos níveis da igreja. A partir de minha experiência restrita da igreja luterana, vejo igrejas e congregações reagirem a conflitos referentes à migração corrigindo mentiras e juntando-se à cacofonia de reações a políticas públicas. Vejo lideranças que se baseiam em afirmações feitas através das mídias sociais em reação à situação enfrentada por migrantes. Nessa abordagem reativa aos conflitos migratórios, permitimos que outras pessoas definam a pauta e focamos nossa energia em coisas que não estão centradas em torno do chamado do evangelho. Embora muitas agências ligadas a igrejas estejam envolvidas em acompanhamento produtivo e defesa de direitos, elas muitas vezes estão distantes de nossas discussões públicas e da vida congregacional. Em vez de enfrentar o conflito em nível fundamental do “nós e eles”, com demasiada frequência nos baseamos em afirmações feitas por bispos, presidentes de igreja e líderes distantes enquanto nossos pastores e pastoras e nossas congregações evitam agir pessoalmente.

Isso não enfrenta o tema da migração no nível em que ele nos separa. Gastam-se pouco tempo e esforço desconstruindo as divisões entre “nós e eles”. Em consequência, só uma parte pequena de nosso trabalho leva ao progresso. Simplesmente dar mais informações ou corrigir mentiras não é uma abordagem produtiva para conduzir as pessoas fiéis no caminho de Deus. Se fosse assim, nós poderíamos simplesmente dizer as coisas certas, declarar vitória e seguir em frente. Em vez disso, precisamos mergulhar nessas profundas divisões de “nós e eles” a fim de ser uma voz que traga cura. Nossos fundamentos teológicos nos convocam a questionar essas divisões, indo além da participação nas discórdias que ocorrem no nível da superfície. Questionando teologicamente essas divisões, refletindo sobre as Escrituras e perguntando para onde Deus está verdadeiramente nos conduzindo, nós nos concentramos na obra transformadora do evangelho.

Embora não possamos ignorar a política, nossas posições como igreja não são um referendo sobre as posições dos partidos políticos populares. Focando-se em uma resposta centrada na fé, as lideranças tiram o poder da política e o colocam nas mãos de Deus. Visto que o problema é teológico, os conflitos em torno da migração são questões que dizem respeito a todas as pessoas cristãs fiéis. Deus dá a cada pessoa cristã a responsabilidade de realizar a tarefa de atravessar essas fronteiras invisíveis que construímos entre nós e as pessoas migrantes. As pessoas cristãs não podem meramente voltar o olhar para os níveis superiores da hierarquia, para pastores e pastoras e lideranças de igreja, para que elas façam a obra que Deus está chamando cada pessoa cristã a fazer.

Importante para a vocação da igreja é o foco em mudanças reais e concretas. Mudanças concretas não acontecem quando propomos soluções baseadas em uma compreensão incompleta do problema com que nos defrontamos. Reações populares nesses conflitos centrados na migração que consistem em postar e discutir em mídias sociais servem simplesmente para fazer com que as pessoas que assim agem tenham toda a sensação de terem feito alguma coisa sem ter feito coisa nenhuma. Ao lidar com uma compreensão do conflito presa ao “nós” e “eles”, nossas práticas deveriam cumprir a árdua tarefa de satisfazer as necessidades das pessoas migrantes e desconstruir essas barreiras criadas pelas pessoas. Focando no enfrentamento do conflito migratório de formas que enfrentem essa divisão entre “nós e eles”, a igreja pode levar a mudanças reais no mundo.

Nas próximas seções, exponho algumas aptidões e avanços práticos para qualquer líder de igreja que tome medidas para enfrentar conflitos em torno da migração em seu respectivo contexto. Essas aptidões e medidas servem para ajudar a criar aquelas mudanças reais e concretas dentro do grupo que participa do processo. Focando as necessidades humanas e psicológicas que todos e todas nós compartilhamos, as lideranças podem tomar essas medidas e aplicá-las de forma fiéis que se ajustem a sua cultura e a seu contexto.

Aptidões para responder ao chamado

Para que a igreja seja uma presença mediadora em conversas difíceis sobre a migração, ela necessita das aptidões para executar as tarefas com que se defronta. Ir além da política e perceber a dinâmica do “nós contra eles” abre possibilidades para que a igreja esteja à altura de sua vocação. Como presença mediadora, a igreja tem a responsabilidade de viver como um lugar de deliberação baseada na fé onde nossa linguagem, nossos discursos, nossas ações e nossos ensinamentos contribuam para desconstruir as barreiras entre “nós e eles”. Para que nossas ações atinjam esse objetivo de derrubar

barreiras, as seguintes aptidões permitem que a obra do Espírito nos leve para onde Deus nos chama.

A igreja deve se comunicar de uma forma que incentive vulnerabilidade, abertura, escuta e mudança, e abra espaço para o Espírito. Fazendo isso, nós modelamos o tipo de comunicação curativa que esperamos despertar em outras pessoas. Para que a igreja seja ouvida como uma presença mediadora que aponta para o caminho de Cristo, não podemos nos comunicar de uma forma que seja ameaçadora. No caminho que seguimos para avançar, precisamos atrair as pessoas – até mesmo as pessoas que talvez sejam as mais hostis para com a migração e as pessoas migrantes. Para garantir que nos comuniquemos de uma maneira que incentive e possibilite que as barreiras sejam derrubadas e as pessoas se envolvam na vulnerabilidade, a publicação *Navigating Conflict and Change: DPC Handbook Part 1* sugere que as seguintes aptidões sejam construídas para uma comunicação mediadora: escuta empática, suspensão de julgamento, envolvimento com perguntas e paráfrase⁶.

A aptidão da escuta empática exige a capacidade de silenciar a própria voz e escutar de modo pleno e profundo a outra pessoa. A prática da escuta empática implica escutar e entender os valores, as necessidades e a situação da pessoa. Não é necessário concordar para estabelecer empatia; o que se visa é a compreensão. Embora possamos manter nossa própria discordância, nossas reações buscam compreensão, e não correção. Em vez de reagir com nossa própria perspectiva oposta, a pessoa que pratica a escuta empática reage com perguntas para aprofundar a compreensão da situação e das crenças da outra pessoa.

Outra aptidão da comunicação mediadora é a suspensão de julgamento. Em situações de profundo conflito e hostilidade para com migrantes, não deveríamos nos surpreender ao ouvir a hostilidade refletida em nossas conversas iniciais. Provavelmente, nosso instinto é corrigir, e quanto mais fortemente nos sintamos ofendidos pelo que as pessoas dizem, tanto mais fortes serão nossas repreensões. Se a discordância e o julgamento expressos em voz alta fossem uma forma produtiva de falar sobre a migração, só poderíamos ter conversas duras sobre a migração de maneira produtiva falando com nossos próprios instintos naturais. A suspensão de julgamento cria um espaço em que os sentimentos mais ocultos possam ser expressos em voz alta. Depois que esses sentimentos tenham sido expressos, as lideranças podem convidar aquela pessoa para uma reflexão profunda sobre onde ela acha que Deus está naquilo que ela disse. Essa tarefa não é uma tarefa neutra e não permanece calada em face do antagonismo. Pelo contrário, a suspensão do julgamento e a escuta nos permitem fazer perguntas centradas

⁶ CRAIG, Colin. *Navigating Conflict and Change: DPC Handbook Part I*. 2019.

na expressão do ensinamento do evangelho. Nossa responsabilidade é ouvir a pessoa, entendê-la plenamente e perguntar de um modo apropriado: “O que você acha que Deus tem a dizer?”. A tarefa da liderança não é ganhar uma discussão usando os fatos, a lógica ou um texto bem escolhido que sirva de prova. Como líderes na igreja cristã, temos a responsabilidade de ajudar as pessoas a ouvirem o chamado de Deus em sua vida e levá-las a um testemunho fiel. Suspendendo o julgamento, escutando, aprofundando as perguntas e pedindo que as pessoas reflitam teologicamente sobre o que foi dito, abordamos os processos identitários que moldam esses conflitos e deixamos que o Espírito santo corrija e oriente.

As aptidões de fazer perguntas abertas e paráfrases se baseiam nas duas primeiras aptidões. Fazer perguntas abertas convida a outra pessoa a explicar e a nos ajudar a entender melhor sua posição. Embora cada uma de nós já saiba fazer perguntas, a aptidão consiste em fazer perguntas de tal forma que elas não pareçam acusações ou julgamentos ocultos. A escolha de palavras, o tom de voz e a intenção autêntica são todos fatores importantes. Por exemplo, o sentido que está atrás da pergunta “O que você quer dizer com isso?” muda muito dependendo do tom de voz com o qual ela é feita. Depois que essas perguntas estiverem respondidas, as aptidões de parafrasear e resumir o que a outra pessoa disse a ajuda a se sentir ouvida e respeitada. Essas importantes aptidões da escuta constroem confiança e compreensão, que são igualmente um elemento necessário nessas conversas para se alcançar uma mudança positiva.

Contar histórias significativas é outra aptidão eficaz. Histórias que prendam a atenção e falem em nível emocional ajudam a superar a compreensão do tipo “nós e eles” e a ver o ser humano na outra pessoa. Compartilhar histórias sobre migrantes cumpre a importante função de humanizar essas pessoas quando esses conflitos têm consequências desumanizantes. Histórias podem remodelar nossa compreensão e incentivar empatia. Estatísticas nunca falam ao coração assim como uma história convincente ou emocionante.

A utilização dessas aptidões é um processo de aprendizagem de todo um ministério que se torna mais fácil ao longo do tempo. Assim como ocorre com qualquer aptidão, essas ferramentas de comunicação mediadora exigem prática. Para congregações ou grupos que lidam com a migração, é tarefa de todas as lideranças e participantes construir fielmente essas aptidões e mostrar compreensão quando outras pessoas não o conseguem.

A realização da tarefa: usando as aptidões na igreja

Embora não haja uma solução universal, proponho o seguinte processo que as lideranças podem adaptar de maneira apropriada ao contexto em que atuam

para conduzir um grupo no estudo e diálogo sobre questões migratórias. Esse processo segue os seguintes passos:

- Encontre o momento apropriado para você
- Planeje a escuta e discussão
- Escute e discuta, focando na fé
- Discirna e aja
- Reflita e planeje o futuro

Esse processo se destina a ser adaptado e usado em grupos de igreja de vários tamanhos e complexidades. Reconhecendo a importância da cultura e os aspectos singulares de todo conflito, esse referencial flexível invoca um propósito comum em nossa fé e busca enfrentar o “nós contra eles” através de uma reflexão fiel sobre como Deus está nos chamando para agir.

A liderança nesse processo é crucial. Para que qualquer pessoa inicie esse processo de modo bem-sucedido, precisa haver um certo nível de confiança na pessoa que está convidando outras a participar deste processo. O ideal é que esse processo seja encaminhado ou conduzido por uma pessoa que conheça bem o grupo e tenha o respeito e a confiança dele. Essa pessoa pode ser um bispo ou bispa, uma pastora ou pastor, diácono ou diácona ou uma liderança leiga. As pessoas seguirão o exemplo de alguém a quem respeitem, e especialmente no caso de temas difíceis em que as emoções estão à flor da pele, é melhor que a liderança tenha a confiança das pessoas para conduzir essas conversas difíceis. A pessoa que lidera precisa ser um modelo do comportamento que se espera das pessoas que participam e precisa ter condições de reconduzir a conversa para uma reflexão centrada na fé.

Encontre o momento apropriado para você

Definir o momento certo é uma questão crucial. Toda liderança provavelmente já fez a experiência de que a tentativa de forçar uma coisa para a qual as pessoas não estão prontas ou dispostas se depara com uma forte resistência. Ao mesmo tempo, não é nosso chamado esperar que outras pessoas façam a obra da justiça. À medida que questões migratórias se tornam mais presentes, há acontecimentos que prendem a atenção, inspiram mais ações ou tornam as questões referentes à migração mais visíveis do que eram antes em nossa comunidade. Lideranças em todos os níveis podem prestar atenção nesses momentos e estar preparadas para conduzir uma reflexão baseada na fé. Pode haver um acontecimento que cause muita discussão nas notícias ou em sua comunidade. Ou conflitos migratórios podem simplesmente emergir aos poucos de uma forma que precise ser enfrentada. Em qualquer uma das

duas hipóteses, as lideranças precisam prestar atenção nesses momentos em que o tempo está maduro, de modo que estejam preparadas para ajudar as pessoas a conduzirem a reflexão de uma maneira fiel.

Infelizmente, a realidade é que nem sempre está claro qual é o momento certo. Se esse processo for iniciado cedo demais, ele pode fracassar por surgir resistência ou não haver participação suficiente. Caso seja iniciado tarde demais, haverá a sensação de que esse processo já se fazia necessário há muito tempo. Cabe à liderança confiar em si mesma e confiar que conhecem as pessoas com quem trabalha. Fazer alguma coisa é melhor do que não fazer nada e, quer ocorra cedo demais, quer tarde demais, esse processo traz mais benefícios do que evitar uma conversa difícil.

Planeje a escuta e discussão

Depois que o momento certo estiver definido, o líder ou líder pode tomar medidas preparatórias para a discussão. As lideranças precisam controlar o processo através do qual essas conversas difíceis acontecem. Neste passo, elas projetam um meio de discussão cultural e contextualmente apropriado que esteja centrado em questões migratórias com base na fé. Isso pode assumir muitas formas, incluindo estudo bíblico, estudo de um livro, grupo de discussão, projeto conjunto, celebração compartilhada ou outras formas de reunir pessoas para uma reflexão baseada na fé. Um plano intencional e consensual proporciona um processo para o avanço do grupo com o qual todas as pessoas participantes podem concordar e cria expectativas claras para elas.

Uma parte da criação desse plano consiste em estabelecer diretrizes para o comportamento e diálogo. Em primeiro lugar está a importância da confidencialidade. Todas as pessoas participantes devem concordar que aquilo que for dito o será em confiança. Isto não quer dizer que o que acontece seja feito de uma maneira secreta, mas que, se estamos pedindo às pessoas que sejam sinceras e vulneráveis, elas precisam confiar que o que disserem em um momento vulnerável não será compartilhado com outras. Depois de todas as pessoas participantes terem concordado quanto à confidencialidade, elas precisam concordar quanto ao modo como irão interagir umas com as outras. Como líder, estabeleça as formas culturalmente apropriadas para a interação de seu grupo, incentivando para que qualquer discordância seja focada nas ideias, e não nas pessoas que as compartilham. O grupo precisa concordar com essas diretrizes de antemão. Se, a qualquer altura, as ações de um membro do grupo forem além do que todo mundo concordou, é papel da pessoa que lidera ou facilita mencionar isso e, educadamente, lembrar o grupo das diretrizes.

Uma diretriz final é que, em qualquer tempo, as pessoas têm a liberdade de deixar a conversa sem serem julgadas. Por uma série de razões, as pessoas podem não se sentir à vontade nessas conversas, de modo que o melhor para elas é não continuar a fazer parte da discussão. Embora uma pastora ou um pastor ou uma liderança possa ouvir suas preocupações e oferecer orientação, seja qual for, ninguém deveria se sentir pressionado a permanecer se não se sentir à vontade nessas conversas.

As lideranças podem ser criativas no tocante à forma como pretendem conduzir a discussão, mas não posso enfatizar suficientemente a importância de nossa abordagem baseada na fé e respeito dessa questão profundamente teológica. Para ir além da cisão entre “nós” e “eles” que está no cerne das divisões quanto à migração, a igreja precisa fazer com que nos perguntemos constantemente: “Onde está Deus nessa situação e como Deus está nos chamando para participar?”. O foco constante no que Deus tem a dizer nessa situação é o centro e a finalidade dessas conversas. Essas são questões de discernimento baseado na fé, e não de briga política. Quando tanto as mídias tradicionais quanto as sociais estão montadas para lucrar com as divisões, é a igreja que oferece um caminho melhor para avançar em um vínculo real com nosso próximo, através de processos como este que nos permite ser uma presença fiel e mediadora ultrapassando nossas divisões.

A perspectiva das pessoas migrantes deve fazer parte dessas conversas. Talvez o melhor para seu grupo seja convidar alguém para compartilhar sua experiência de migração diretamente. Ou, quando os níveis de hostilidade estiverem elevados, talvez seja apropriado usar livros, memórias, entrevistas publicadas, filmes ou notícias passadas que possam compartilhar a perspectiva de migrantes. Essa narrativa indireta ainda é uma forma válida de ouvir a perspectiva de migrantes. Independentemente da abordagem, a voz das pessoas migrantes deveria ser ouvida, em vez de apenas se falar sobre ela em sua ausência.

Ao se criar esse espaço de escuta e reflexão, há vantagens e desvantagens no caso de grupos homogêneos e de grupos heterogêneos. No caso de se usar matérias de notícias ou um livro, as pessoas que participem de grupos homogêneos poderão se sentir mais à vontade ao se abrir para pessoas que são como elas. Nesse tipo de contexto, mais coisas poderão ser compartilhadas, e as pessoas poderão se sentir mais à vontade para questionar suas próprias ideias e crenças. A vantagem de os grupos se sentirem mais seguros para compartilhar mais coisas se contrapõe a desvantagem de não se ter a presença real da perspectiva de migrantes. Para essa finalidade, grupos heterogêneos têm a vantagem de proporcionar pontos de vista mais diversificados e uma maior formação de relações interpessoais que ultrapassem divisões. Cada uma dessas modalidades pode ser apropriada e valiosa; cabe à liderança decidir qual delas é a mais apropriada para o grupo. Agir intencionalmente

na escolha da abordagem traz consciência dos benefícios e desvantagens e permite que as lideranças usem plenamente as vantagens.

Escute e discuta, focando na fé

Usando as aptidões da comunicação mediadora, siga o plano para o envolvimento de seu grupo projetado para a situação dele. Seguindo o processo que foi acordado, é responsabilidade do grupo discutir e participar. Muitas vezes, bispos ou bispas, pastoras ou pastores e outras lideranças eclesiais querem dar soluções para o grupo. Contudo, os momentos mais expressivos e edificantes são momentos de autopercepção, que geralmente não são consequência de que outras pessoas nos digam o que ou como devemos pensar. Como pastor, pastora ou liderança, você pode fazer perguntas para induzir respostas mais profundas; você pode perguntar como uma pessoa acha que o evangelho se relaciona com aquilo que ela acaba de dizer; você pode parafrasear e resumir a fim de entender. Mas não é tarefa sua produzir uma mudança em outras pessoas ou para elas – isso é obra do Espírito Santo.

Quando essas conversas acontecem porque há conflito, é necessário trazer à tona sentimentos hostis e dar ouvidos a emoções negativas. Trazer esses sentimentos à tona e lidar com eles é uma parte importante dessas experiências. O que não é trazido à luz não pode ser enfrentado sob a luz. As ferramentas da comunicação mediadora oferecem um subsídio eficaz para manter um diálogo produtivo, e não alterações. Qualquer observação racista, xenófoba ou hostil de alguma outra forma deveria ser abordada diretamente usando essas aptidões mediadoras. Sem jogar a culpa, sem usar um tom negativo, a liderança deveria usar todas as aptidões da comunicação mediadora para ir mais fundo e fazer a luz do evangelho brilhar para dentro das trevas do que talvez tenha sido dito.

Como se observou na seção anterior, essa discussão está centrada em questões teológicas. Inicialmente as pessoas participantes poderão recair nos padrões costumeiros de discordância seguindo posições políticas e não se concentrando na fé. Quanto mais cedo a pessoa que lidera ou facilita possa trazer a conversa de volta para o âmbito teológico em vez do político, tanto menos difícil será a transição.

Discirna e aja

Neste passo, o que foi discutido é encaminhado para ação. A pergunta passa de “O que Deus tem a dizer?” para “O que Deus está nos convocando a fazer?”. Durante este passo, o grupo nomeia onde discerniu o chamado de

Deus para a ação e toma medidas para agir em consonância com isso. As lideranças usam todas as ferramentas de discernimento espiritual, como, por exemplo, oração, celebração, jejum, e outras práticas espirituais, além do estudo teológico que ocorreu como parte desse processo.

Preste cuidadosamente atenção nas sensibilidades culturais na maneira como este passo é executado. Muitas pessoas que fazem parte da cultura dominante, por mais bem-intencionadas que sejam, talvez não enxerguem as necessidades da situação da mesma forma como as pessoas migrantes. Por causa da importância de satisfazer necessidades reais e percebidas, é prudente manter contato com comunidades de migrantes para entender junto com elas quais são as necessidades e como seu grupo poderia acompanhá-las da melhor maneira. Um ponto de partida simples consiste em encontrar grupos que já estejam trabalhando com comunidades de migrantes e se juntar ao trabalho deles.

Haverá opiniões divergentes nesse processo de discernimento. Embora seja provável que permaneça discordância no grupo, quase certamente haverá alguma ação em relação à qual todos os seus membros possam concordar. Quanto mais eles se apropriarem do processo à parte da liderança, tanto mais provavelmente darão continuidade a ele e assumirão responsabilidade por essa mudança em suas vidas.

Refleta e planeje o futuro

A esta altura, a liderança e o grupo refletem sobre seu progresso e avaliam onde se encontram e de onde partiram. Comemorem o progresso! Deem graças a Deus por sua orientação ao longo do caminho. Ao mesmo tempo, refletindo sinceramente, façam as seguintes perguntas: Que trabalho resta para fazer? Quais são os próximos passos para o futuro? Que recursos precisamos alocar para dar continuidade à ação? Independentemente de quanto progresso tenha sido feito, sempre haverá mais trabalho que Deus tem para nós.

Não há um único evento ou procedimento de grupo que seja uma panaceia para todos os conflitos em torno da migração. Ainda que este seja o último passo em um processo, ele não representa o fim da obra da igreja. A liderança e as pessoas participantes podem e deveriam continuar a trabalhar em conjunto para decidir como levar seu progresso adiante. Neste passo se reconhece o trabalho que foi feito e se volta o olhar para o futuro, para onde Deus continua a chamar nossas comunidades em amor e serviço para com as pessoas migrantes. Para grupos pequenos, congregações ou organismos eclesiais maiores, este passo é o compromisso contínuo com o chamado de Deus em nossas vidas.

Incentivo qualquer liderança a fazer um plano concreto para manter o progresso alcançado até este ponto. É fácil dizer que as coisas vão continuar,

mas sem um plano preparado, a inação se sobrepõe às boas intenções. É vital que o trabalho tenha continuidade – o grupo não pode simplesmente discernir a presença de Deus, empreender uma ação e depois declarar a vitória. Embora este processo tenha terminado, pode haver um trabalho contínuo que seus membros queiram planejar em decorrência de seus processos de discernimento. Talvez até seja apropriado reiniciar esse processo para aprofundar o estudo e dar continuidade ao discernimento.

A implementação dessa prática

Embora esses cinco passos não curem toda ferida ou restaurem todo coração, esse processo executa a obra fiel da reflexão cristã indo além do discurso político antagonístico. Ele torna a centrar uma comunidade de fé em torno da palavra de Deus e da obra de Deus no mundo. Este processo se concentra em formas reais e concretas de como as pessoas podem fielmente amar e servir seu próximo e executar a obra de Deus. Ele assume o compromisso de levar essa obra adiante no futuro. Como resposta ao racismo, à xenofobia e a todas as outras hostilidades lançadas às pessoas migrantes, a igreja, através desse processo, vive seu testemunho de um caminho melhor para o futuro. Em todos os níveis, essa espécie de diálogo ajuda a igreja a ser uma presença mediadora nesses conflitos. Ao fazer essa obra da fé, ela ajuda os grupos a redefinir “nós” e a relação com “eles” – que é exatamente a questão que está no cerne desses conflitos.

Em uma escala mais ampla, creio ser possível adotar esses passos e adaptá-los para um público maior para além do nível local. Embora esse processo funcione melhor em nível local, o referencial pode ser adaptado para um público mais amplo com menos contato e, ainda assim, ser bem-sucedido. Ao lidar com um público mais amplo, os passos continuam sendo os mesmos, mas são adaptados. A fazer essa adaptação, é importante enfatizar a profundidade em relação ao tema. Se um dos problemas da comunicação que se dissemina em torno da migração é a política rasa, qualquer tentativa de comunicação mais ampla precisa envolver as pessoas em profundidade com o assunto. A profundidade não deveria ser sacrificada em prol do alcance ao se lidar com um tema difícil. Embora o tamanho do grupo ou a distância possam representar um desafio logístico para o discernimento e a ação em escala ampla, não sugiro que se deixe de lado aquele passo. Faça perguntas baseadas na fé, incentive o discernimento da melhor forma possível e aja coletivamente da maneira que seja a mais adequada. Embora aumentar a escala desse processo para grupos maiores ou em organismos eclesiais inteiros possa criar desafios adicionais, não é impossível superá-los.

Esse processo também pode ser adaptado e ter sua escala reduzida para conversas em menor escala. Uma conversa particularmente acalorada de dois indivíduos pode obter benefícios seguindo os mesmos passos de uma forma adaptada. Por exemplo, se alguém está na sua frente e está com raiva, isso não é o momento para você ter uma conversa nuançada sobre a presença de Deus no mundo. Encontre seu tempo apropriado – diga que você acha que essa conversa é importante e gostaria de sentar com essa pessoa e ter uma conversa mais longa em outra ocasião. Isso permite que as emoções se acalmem e lhe dá tempo para fazer um plano. Você pode até pensar em diretrizes que possa, educadamente, pedir que a outra pessoa observe. O foco na fé permanece importante. Discernir e planejar o futuro podem parecer iguais nessas conversas – encontrar formas de manter a conversa em andamento de maneira produtiva e sadia. Nessas conversas em menor escala, as aptidões da comunicação mediadora são particularmente importantes.

No momento presente em que nos encontramos, a pandemia da COVID-19 continua a moldar o mundo, e não há um fim imediato à vista. Embora a pandemia complique todas as nossas formas de nos reunirmos, não há razão pela qual este referencial não possa ser usado para uma finalidade produtiva por meio de muitas formas de tecnologia. Entretanto, use de cautela ao realizar essa conversa via mídias sociais por causa das muitas formas pelas quais as plataformas populares incrementam as divisões que estamos tentando derrubar. Continuo sendo cético em relação à tentativa de usar uma fonte de nossa divisão como ferramenta para resolver o problema que ela ajuda a criar. Ao fazer um encontro virtual, incentivo que se use vídeo, se possível, de modo que as pessoas participantes possam ver uma à outra. Incentivo a pessoa que lidera a ajudar as outras que talvez tenham menos familiaridade com a tecnologia, de modo que todo mundo se sinta autoconfiante e perceba que será ouvido ao longo de todo o processo.

A pandemia de COVID-19 ainda em curso complica esse processo por elevar o nível geral de ansiedade que todo mundo está sentindo. Em tempos de ansiedade mais elevada (por causa da pandemia ou por outra razão), a energia acumulada muitas vezes é liberada de formas nada sadias, e as discordâncias podem parecer mais acentuadas e negativas. Em tempos de ansiedade mais elevada, as ferramentas da comunicação mediadora se tornam mais importantes ainda. Contudo, a ansiedade elevada não é desculpa para a inação. A pandemia de COVID-19 revelou a necessidade de conversas sobre a migração e aumentou as necessidades de grupos populacionais que já são marginalizados e se deparam com riscos maiores. Em face de uma necessidade tão grande, nossa vocação não fica menor. Enquanto as lideranças de nossas igrejas estão fazendo muito para manter as comunidades reunidas, não podemos ignorar as necessidades de nosso próximo. Não podemos ser fiéis à nossa vocação sem realizar a tarefa de manter conversas árduas.

Conclusão

A igreja como presença de mediação em conflitos centrados na migração tem, em grande parte, a tarefa diante de si. A igreja e suas lideranças devem rejeitar narrativas superficiais e concentrar a energia e os recursos para enfrentar a mentalidade do “nós” contra “eles” subjacente aos conflitos. A tarefa dada por Deus aos membros de nossas igrejas em todos os níveis consiste em remover essas barreiras escutando intencionalmente a voz de Deus e vivendo como uma comunidade de deliberação, reflexão e reconciliação. Através deste referencial, das ferramentas de comunicação mediadora e do processo descrito acima, a igreja poderia encontrar seu caminho para avançar em sua vocação.

Não podemos nos esquecer da importância do que está em jogo. Esses conflitos, por mais distantes ou abstratos pareçam, afetam pessoas no mundo todo. Em face da gravidade desses conflitos, a inação traz consequências reais. Apesar de quais sejam as consequências políticas, as pessoas cristãs vivem seu imperativo bíblico de acolhida e hospitalidade para com o estrangeiro ou estranho e realizam o trabalho duro em prol de mudanças reais e concretas que uma situação assim exige de nós.

Do conflito à Reconciliação: Um Olhar para a Dimensão Ecológica

*Magister Scheila Dillenburg
Instituto Sustentabilidade América Latina e Caribe
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*

Introdução

De uma forma ou de outra, todos e todas nós alguma vez já estivemos envolvidos e envolvidas em alguma situação de conflito. Isso acontece porque somos seres diversos e frequentemente nossas necessidades e desejos diferem dos desejos e necessidades das pessoas com as quais convivemos. Podemos dizer que os conflitos são constitutivos nas nossas relações. Por causa disso, é inevitável que tenhamos que lidar com eles, seja de forma individual ou comunitária. Mas nem sempre nossas respostas às situações de conflito são previamente pensadas. Às vezes, elas surgem naturalmente. Nosso contexto social e cultural molda e determina a forma como percebemos, respondemos e lidamos com as situações de conflito.

Também é normal associarmos os conflitos com situações ruins e arrasadoras. Embora possuam potencial de confusão e destruição, os conflitos também podem ser agentes de mudança e transformação. Quando os padrões já não mais correspondem às expectativas, quando a realidade já não mais satisfaz e representa uma ameaça à vida, nessas horas, os conflitos podem servir como oportunidades para restabelecer as conexões quebradas e recuperar o equilíbrio perdido nas relações.

Atualmente, vivemos uma crise muito complexa que está ameaçando profundamente a continuidade da vida no planeta. Alterações profundas vêm sendo registradas nos sistemas ecológicos e nas condições de vida que favorecem nossa sobrevivência. O alto crescimento populacional somado aos modos de produção poluentes, ao consumo desenfreado e à exploração excessiva dos recursos naturais, tem levado a humanidade a uma situação de alerta. Os efeitos da mudança climática, a perda da diversidade biológica, o desmatamento, a desertificação e a contaminação da água e dos solos férteis, além do aumento crescente da pobreza e das desigualdades, são impactos que vêm sendo sentidos na pele por milhões de pessoas todos os dias.

A crise ecológica despertou-nos para a necessidade de refletirmos sobre nossas relações no mundo, nossos hábitos, necessidades e a forma como consumimos. E mais, nos convida a resgatar e exercitar nossa tarefa e chamado cristão para a reconciliação. Estamos diante de uma situação que exige uma postura mediadora, capaz de abrir espaços e possibilitar a busca de novos modelos de vida e de desenvolvimento que estejam baseados na convivência integral e pacífica da criação de Deus e que sejam capazes de satisfazer nossas necessidades sem comprometer as possibilidades de satisfazer as necessidades das gerações futuras.

Conflitos socioambientais e a crise ecológica

Em 2020, o dia 22 de agosto ficou marcado como o dia da sobrecarga da Terra (Earth Overshoot Day), alertando-nos para o fato de que passamos a demandar mais recursos naturais e serviços ecossistêmicos do que o planeta é capaz de regenerar em um ano. Este é um dado oferecido pela organização internacional de pesquisa *Global Footprint Network*¹, e é resultado de um cálculo feito com base na biocapacidade do planeta (a quantidade de recursos que a Terra pode gerar em um ano) e na pegada ecológica (emissões de gases de efeito estufa e o quanto de bens e serviços precisamos para viver). Ele aponta para o fato alarmante que, atualmente, precisamos de 1,6 planetas para suprir nossas demandas de consumo.

Nossa civilização moderna está construída com base em um paradigma que afirma o domínio humano sobre todas as coisas e opera separando o ser humano e a natureza, vista exclusivamente como uma fonte inesgotável de recursos. Esse paradigma também direciona o entendimento que temos de progresso e desenvolvimento. A busca incessante pelo crescimento econômico e pelo consumo ilimitado tem justificado e influenciado a degradação e agressão coletiva, deliberada e sistemática do planeta, colocando em risco

¹ Para mais informações, confira: <www.footprintnetwork.org>.

nossa própria sobrevivência e a vida em todas as suas formas. Os dados estatísticos confirmam que é necessária uma mudança radical nos nossos modos de produção, distribuição e consumo. Se nada for feito, os efeitos serão catastróficos e levarão o planeta ao colapso em pouco tempo.

Podemos dizer que a crise ecológica decorre de vários fatores e suas consequências têm sido devastadoras: a) a mudança climática associada ao aquecimento global, decorrente do aumento dos gases causadores do efeito estufa; b) a perda da biodiversidade e a destruição dos ecossistemas; c) as alterações nos ciclos biogeoquímicos, causadas pelo aumento da atividade industrial, desmatamento, contaminação dos solos e da água; d) o crescimento da população mundial e o conseqüente aumento das desigualdades sociais; e) as mudanças nos padrões de consumo, fundamentadas no sistema de obsolescência precoce e programada que limita a vida útil dos produtos.

Ademais, nossa história latino-americana está marcada por violações ecológicas e conflitos socioambientais desde o seu “descobrimto”: assassinatos de ativistas, ataques às iniciativas de cooperação e proteção da fauna e da flora, territórios protegidos invadidos e ameaçados para fins de exploração, desmatamento e degradação dos ecossistemas. Atualmente, os maiores conflitos socioambientais estão relacionados com extrativismo, grilagem e disputas por terras, avanço da monocultura e da agropecuária. A região se vê claramente afetada porque produz os chamados *commodities* (produtos que funcionam como matéria prima e que são produzidos e exportados em grande escala). Apesar de representar um grande e importante papel na economia da região, a produção de *commodities* também cobra um alto preço ecológico.

A crise ecológica está diretamente relacionada com a forma como nos comportamos e entendemos nosso papel e postura diante do mundo. As consequências são sentidas da forma mais dura nas desigualdades cada vez mais crescentes, na perda de dignidade e na destruição progressiva da natureza. A cultura do consumo que acompanha o modelo de desenvolvimento dominante, baseada na satisfação e realização econômica, no crescimento e consumo ilimitado e na superexploração dos recursos naturais, está resultando numa devastação irreparável do planeta. Se, por um lado, nós somos os únicos responsáveis pela crise ecológica, por outro, também somos os únicos capazes de transformar a realidade com vistas à manutenção da vida e à criação de mecanismos capazes de frear os prejuízos.

A recente pandemia de COVID-19 evidenciou que somos seres vulneráveis e interdependentes. Mostrou que, mesmo com distanciamento social, nossas ações precisam estar pensadas de forma coletiva. Mais que tudo, comprovou que é possível um impacto ecológico real se juntamos nossos esforços. A paralisação mundial das atividades industriais ocorrida em meados de março e abril reduziu a data de sobrecarga da Terra em 24 dias em comparação ao

ano anterior (em 2019, ela ocorreu em 29 de julho), demonstrando que as soluções para a crise ecológica estão ligadas diretamente a uma mudança de entendimento, postura e comportamento dos seres humanos para com a natureza.

O chamado cristão para a reconciliação

Se observamos as histórias bíblicas, veremos que a existência humana está baseada em três tipos de relações interconectadas: nossa relação com Deus, nossa relação com o próximo e nossa relação com a criação. O primeiro relato da criação (Gênesis 1.1-2.4a) fala sobre a criação de Deus e o papel do ser humano em relação a ela. Primeiro, Deus criou os céus e a terra e viu que tudo o que havia feito era bom. Depois, criou o ser humano à sua imagem e semelhança e o abençoou para dominar a terra. No segundo relato (Gênesis 2.4b-25), Deus criou o ser humano e o colocou no jardim do Éden para guardá-lo e cuidá-lo. No início havia *shalom*, integridade e totalidade nas relações. Então, a harmonia entre Deus, a humanidade e a criação foi danificada pelo pecado, o *shalom* do jardim do Éden destruído e o mandato divino de dominar a terra, cultivá-la e guardá-la distorcido, transformando a relação harmoniosa em conflito (Gênesis 3.17-23).

Mas Deus, em sua imensa sabedoria e amor, mesmo diante de relações rompidas, toma a iniciativa de restabelecer as relações: a partir de Jesus Cristo e mediante a fé, reconcilia consigo todos os seres e estabelece uma nova relação de igualdade como sinal do novo reino que virá. Nessa nova criação, a partir do batismo, o ser humano afastado é, então, tido como justificado, salvo e reconciliado com Deus (Romanos 5.9-11). A partir da cruz de Cristo, resultado do amor misericordioso de Deus, o ser humano é chamado a ser instrumento de reconciliação no mundo (2 Coríntios 5.18-19). A reconciliação é dom misericordioso e ofertado por Deus a toda a criação. Por isso, o ser humano reconciliado com Deus está chamado também a reconciliar-se com o próximo e com a natureza.

Diante do atual cenário, nosso chamado para o ministério da reconciliação encontra importância ímpar e legítima a necessidade de uma reflexão acerca das concepções que fundamentam nossas relações no mundo. Nossa responsabilidade de cocriadores e administradores de Deus com para com a criação não nos torna mais importantes que as demais criaturas. Pelo contrário, nosso chamado e vocação apontam para a responsabilidade com o cuidado e manutenção das boas relações com a comunidade da vida, observando a integralidade e que cada criatura tem sua importância no conjunto da criação. O que nos diferencia das demais criaturas é nossa responsabilidade de trabalhar pelo bem e promover a vida em abundância (João 10.10).

No processo de reconciliação somos chamados e chamadas a reconhecer que a criação, em seu conjunto, pertence a Deus. Ela é herança para todos os povos e dádiva para o bem-estar coletivo. Deus está em tudo e em todas as coisas criadas. Seu ato criador permanece ao longo da história porque a atividade criadora de Deus é permanente. Ele se faz presente através de seu Espírito e nos chama continuamente para que nos libertemos de nosso egoísmo e sejamos capazes de viver em amor e conviver em comum-idade, zelando e cuidando do bem-estar do próximo e de toda a criação.

Essa espiritualidade é vivida no mundo concreto como força transformadora para a promoção do amor, da paz, da dignidade e da justiça, para restabelecer e fortalecer as boas relações entre Deus, a humanidade e a criação. Quando nos permitirmos enxergar que a proposta divina pode ser uma realidade através de nossas ações, a reconciliação transmitida pela palavra de Deus e pelo gesto amoroso de Jesus Cristo romperá fronteiras e se tornará integral.² A radicalidade presente nesse projeto é similar à do evangelho do reino que transforma, liberta e empodera radicalmente.

O reino de Deus apresentado por Jesus Cristo propõe a transformação e a libertação; propõe uma vida nova, um novo modo de viver no mundo baseado na justiça e na vida digna e abundante. Exige o restabelecimento das relações humanas para restaurar a relação com Deus e a criação, porque as relações de injustiça e submissão desequilibram a relacionalidade com a comunidade da vida. Este reino está fundamentado no *shalom*, na relacionalidade que se estabelece através do bem-estar, do cuidado, da integridade, do equilíbrio e da justiça. É, simultaneamente, cura, retribuição, satisfação, saciedade e reconciliação.

A crise ecológica nos interpela e convoca para que sejamos capazes de exercitar nosso chamado para a reconciliação e para a tarefa mediadora. Esse exercício permite que possamos compreender a natureza como dom de Deus e o planeta como uma imensa comunidade viva da qual o ser humano é membro. Nessa comunidade viva, todos os elementos estão interligados e contribuem para o bem-estar e bem viver coletivo. Nossa atual conjuntura exige reflexões e ações que visem a construção de uma nova solidariedade universal, de um real bem viver e bem conviver em comunidade. Mas esse bem viver é diferente do viver bem. Ele aponta para um horizonte de sentido e transformação que exige a capacidade de repensar e reconstruir a maneira como nos relacionamos no mundo; é um projeto de convivência que busca

² ZITZKE, Ângela. Reconciliação divina, humana e planetária: o desafio do amor divino diante da crise existencial humana e ecológica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 62-92, jun. 2009. p. 90.

a complementaridade, a solidariedade, a harmonia e a reciprocidade em todas as relações.³

Como portadora da revelação de Deus para a humanidade e responsável para que a mensagem do reino de Deus anunciada por Jesus alcance todas as pessoas em cada momento da história, à igreja também cabe a tarefa de alertar sobre as ameaças que colocam em risco a criação. Por isso, ela não pode ser indiferente à crise ecológica. Do contrário, estaria descumprindo sua missão de ser mediadora da salvação oferecida por Deus em Jesus Cristo. Por ser portadora do evangelho da paz (Efésios 6.15) e da mensagem da reconciliação (2 Coríntios 5.19), a igreja, corpo de Cristo, está capacitada para atuar como verdadeira embaixadora de Cristo no mundo, executando sua tarefa mediadora e anunciando a reconciliação.

A contribuição cristã para a resolução da crise ecológica e dos conflitos socioambientais, portanto, está profundamente vinculada ao modo como entendemos, desde nossa perspectiva de fé, nossas relações no conjunto da criação e nosso chamado para o ministério da reconciliação. A forma como lidamos com as questões socioambientais e ecológicas é também uma questão de fé. Quando ofendemos, descuidamos ou maltratamos a criação, também ofendemos, descuidamos e maltratamos a Deus. Reestabelecer nossa boa relação com a criação é colaborar com a obra criadora de Deus, assumindo a tarefa que Ele nos confiou. Mais do que tudo, é uma tarefa que precisa ser feita em conjunto e de forma comunitária. É na relação de reciprocidade entre os seres humanos, Deus e a criação que construímos nosso bem-viver e bem-conviver e exercitamos nossa tarefa mediadora para a reconciliação. É também no cotidiano que encontramos espaço privilegiado para atitudes e condutas que visam a transformação.

³ O Bem Viver é uma filosofia de vida, uma utopia que impulsiona a construção de um projeto emancipador. Um projeto constituído por muitas histórias de resistência e propostas de transformação que se alimentam de contribuições e experiências distintas. Está baseado no paradigma comunitário dos povos indígenas da América do Sul, especialmente dos povos andinos, mas se alimenta de distintas fontes – inclusive das ocidentais. É válido ressaltar que para os povos indígenas latino-americanos, o sentido de progresso é a promoção do bem viver, ou seja, do viver bem em comunidade. Não é o viver melhor que se fundamenta no progresso desenvolvimentista. Neste sentido, o Bem Viver contribui como uma crítica ao modelo, às estratégias e aos princípios do desenvolvimento entendido desde a perspectiva de consumo e acumulação, que reduz a vida (em todas suas formas) a simples recursos. É um projeto de vida que busca a complementaridade, a solidariedade, a harmonia e a reciprocidade entre a comunidade da vida, partindo do pressuposto que somos indivíduos, seres sociais e comunidade em íntima relação de correspondência.

Exercitando a tarefa mediadora: pistas para o diálogo e ação nas comunidades de fé

Apesar de ser um tema muito importante, sabemos que nem sempre é fácil introduzir em nossas comunidades de fé assuntos que estejam diretamente ligados com a dimensão ecológica. Por inúmeros motivos, sempre haverá pessoas que não querem se envolver ou que acham que as questões ecológicas, políticas e socioambientais não devem ter relação com a igreja. No entanto, como vimos, a crise ecológica, seus impactos e consequências são também temas e compromissos de fé e por isso é importante que sejam trabalhados em nossas comunidades. Além de espaços de cura e restauração, nossas comunidades podem servir como recursos de paz na mediação dos conflitos.

O diálogo é uma das formas mais efetivas de lidar com situações de conflito. Na verdade, ele é base de todo e qualquer projeto de mediação, pois permite que as partes envolvidas se expressem e trabalhem de forma conjunta na busca de uma solução satisfatória. Mas ele também exige que estejamos abertos e abertas para novas aprendizagens, para superar barreiras e avançar para além de nossas limitações, hábitos e narrativas socioculturais. Essas novas aprendizagens poderão ser traduzidas em ações concretas e coletivas, contribuindo de forma mais efetiva para as mudanças e transformações necessárias.

A propósito de mudanças e transformações, você já reparou como é difícil mudar algo, mesmo quando existem acordos comuns de que a mudança é realmente necessária? Por que há tanta resistência em relação às mudanças, mesmo quando elas apontam para um caminho mais justo? Se olhamos para a dimensão ecológica, veremos que as consequências da crise já estão normalizadas e aparentemente não exercem impactos nas nossas concepções e não nos impulsionam para a mudança como deveriam. No entanto, nossa situação atual como humanidade clama por uma postura mediadora, capaz de abrir espaços e possibilitar a busca de novos acordos de convivência e novas formas de relação no mundo.

Sabemos que em situações de conflito, o processo de reconciliação pode ser bastante lento e muito exigente. Mas existem algumas ferramentas que podem nos ajudar. Uma delas é a comunicação mediadora. Ela pode ser empregada em várias situações de conflito. A comunicação mediadora está fundamentada, sobretudo, na escuta e comunicação ativas e na consciência empática. Mas vale ressaltar que, apesar de ajudar no processo de mediação e contribuir para a abertura de novas possibilidades, por si só ela não provoca mudanças.¹

¹ CRAIG, C. **Navigating conflict and change**. DPC Handbook Part 1, 2019. p. 91.

Nossa tarefa mediadora consiste em anunciar a reconciliação, despertando-nos para a necessidade de um diálogo que possibilite o desenvolvimento e a busca de novas formas de convivência e relações entre os seres humanos e a criação. É uma reflexão que parte da dimensão individual para uma consciência coletiva de que a restauração das relações da humanidade com a criação é necessária e deve ser entendida também como um compromisso de fé. Da mesma forma que o corpo de Cristo está formado por uma diversidade de membros, cada qual com igual importância para o seu funcionamento (1 Coríntios 12.12-30), somos uma parte de um todo que só funciona em conjunto e nossa sobrevivência e a sobrevivência das futuras gerações depende das boas relações que desenvolvemos no presente. Também implicará o desenvolvimento de ações específicas e coletivas pensadas para reduzir os danos e diminuir os impactos negativos que produzimos como humanidade no planeta.

A multiformidade e a multidiversidade do corpo de Cristo nos chamam para que aprendamos a lidar com a diversidade, valorizar e respeitar cada indivíduo em sua especificidade e compreender que as diferenças são importantes. Mais do que isso, compreender que nossa diversidade humana é apenas uma pequena parte da diversidade ecológica que torna a vida possível.

Já vimos que o diálogo é fundamental para estabelecer uma comunicação mediadora. Pensando nisso, propomos uma estrutura de trabalho que pode ser aplicada em grupos de estudo nas comunidades de fé e adaptada aos mais diferentes temas e contextos socioculturais. Buscando desenvolver e capacitar nossas habilidades mediadoras, a ideia é que os temas sejam inseridos no espaço comunitário de forma a provocar diálogo, reflexão e conscientização conjunta. A proposta está baseada na metodologia ver-julgar-agir-celebrar, por isso está dividida em quatro momentos:

1. Momento da escuta. Este primeiro movimento é muito importante para a comunicação mediadora. Através da escuta ativa, as pessoas estão convidadas a escutar os sentimentos e experiências umas das outras. Para facilitar o processo, perguntas que ajudam a estimular o diálogo podem ser muito úteis neste momento. Por exemplo: o que sabemos sobre a crise ecológica e os conflitos socioambientais? Como eles afetam e impactam na nossa vida? Quais são as experiências práticas que temos tido em relação a eles?
2. Momento da reflexão bíblico-teológica. Este é o momento para articular os conhecimentos que temos do tema com a bíblia e acercar-nos à linguagem teológica. Um texto bíblico pode ser utilizado como referência e ponto de partida para a reflexão.

3. Momento da ação. Este é o espaço para desenvolver perspectivas e pensar compromissos que possam ser assumidos de forma individual e coletiva. As pessoas são convidadas a aproximar sua realidade cotidiana ao tema e se comprometer com ações concretas e realizáveis. Perguntas que ajudam a estimular o diálogo: O que podemos fazer diante da crise ecológica? Quais são os compromissos realizáveis que podemos assumir? Existem ações já estabelecidas com as quais podemos contar e com as quais podemos contribuir?
4. Momento da espiritualidade. Restabelecer relações também implica reconhecer nosso pecado e nossa culpa. A celebração exerce um papel muito importante nesta metodologia, pois possibilita a cura e a restauração das relações quebradas, aproxima-nos de Deus e fortalece nossa espiritualidade. Neste momento, recursos litúrgicos podem ser grandes aliados.

Essa metodologia possibilitará a inserção do tema nas comunidades de fé, além de possibilitar o exercício conjunto das habilidades de comunicação mediadora. O mais importante é abrir espaço para o processo de escuta empática, reflexão e diálogo. O projeto de Deus para a humanidade sempre foi um mundo de paz, justiça e boas relações. Nossa tarefa mediadora também é manter a esperança e possibilitar que o projeto do amor seja transformado em ações que possam servir de exemplo e mobilizar outras pessoas no caminho da reconciliação.

Conclusão

Temos que reconhecer que do conflito à reconciliação é preciso percorrer um longo caminho. Os passos são lentos e devem respeitar o tempo necessário. Mas eles precisam ser constantes e dados de forma conjunta, por toda a comunidade, com muita escuta, abertura para o diálogo e respeito mútuo, na certeza de que o Espírito Santo é quem nos acompanha, mostra o caminho e conduz à reconciliação.

Como igreja, corpo de Cristo, somos chamados e chamadas a anunciar o evangelho reconciliador de Jesus Cristo, a boa nova da vida plena para todas as pessoas que desejam escutá-la. Em alguns momentos, anunciar essa boa nova também exige emitir uma palavra de juízo e denúncia sobre a nossa própria conduta e reconhecer nossa condição de pessoas pecadoras. Estamos chamados e chamadas a anunciar a boa nova de Jesus Cristo e denunciar o que não está bem. Mais do que tudo, somos chamados e chamadas a manter nosso coração aberto à palavra de Deus, mesmo quando ela diz coisas que não desejamos escutar.

A crise ecológica tem demonstrado que a forma como vivemos e as escolhas que fazemos como humanidade vêm afetando consideravelmente as bases que sustentam nossa própria sobrevivência. Se não mudamos nossas atitudes com respeito à criação, a vida no planeta terá seu fim mais próximo. Somos responsáveis por construir um processo de mudança capaz de nos levar a um horizonte diferente, a um futuro que respeite e garanta dignidade e vida abundante não só aos seres humanos, mas a toda a criação de Deus; um futuro que permita um bem viver e bem conviver em comunidade, onde possamos viver de forma reconciliada e integral. É parte de nossa tarefa e nosso chamado.

Diante do que vimos até aqui, não é difícil imaginar que temos um grande desafio pela frente. É através da escuta, do diálogo e da nossa ação mediadora que participamos do projeto de Deus e ajudar a construir o reino anunciado por Jesus Cristo para todas as pessoas no aqui e agora. O diálogo mediador é fundamental para que, em situações de conflito, as pessoas tenham, com respeito e dignidade, a oportunidade de buscar juntas alternativas que permitam a resolução e a restauração de suas relações consigo mesmas, com as outras pessoas, com Deus e com a totalidade da criação. O evangelho nos ensina e chama para essa tarefa. Lutero já dizia que devemos ser pequenos cristos para as outras pessoas. Agora mais do que nunca, também devemos ser pequenos cristos para a totalidade da criação.

Con agradecimientos a



**Evangelical Lutheran
Church in America**

God's work. Our hands.

Church of Sweden 

ISBN 978-2-940642-19-9



FEDERAÇÃO
LUTERANA
MUNDIAL

Uma Comunhão
de Igrejas